

FACULDADE CALAFIORI
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

AS CONDIÇÕES MOTIVADORAS PARA A CRIANÇA EM SEU PROCESSO DE
ENSINO-APRENDIZAGEM

SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO

2017

FACULDADE CALAFIORI
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

AS CONDIÇÕES MOTIVADORAS PARA A CRIANÇA EM SEU PROCESSO DE
ENSINO-APRENDIZAGEM

Trabalho apresentado à Faculdade Calafiori de São Sebastião do Paraíso - MG, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Área de concentração: Educação Escolar

Orientador: Me. Cláudio Manoel Person

Linha de Pesquisa: Situações e Práticas Pedagógicas

Alunas: Bárbara da Silva Chaves
Carolina Aparecida Rocha Domiciano

SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO

2017

BÁRBARA DA SILVA CHAVES
CAROLINA APARECIDA ROCHA DOMICIANO

AS CONDIÇÕES MOTIVADORAS PARA A CRIANÇA EM SEU PROCESSO DE
ENSINO-APRENDIZAGEM

Trabalho apresentado como requisito parcial
para a Conclusão do Curso de Licenciatura em
Pedagogia do Curso de Pedagogia da
Faculdade Calafiori de São Sebastião do
Paraíso-MG.

Comissão Julgadora:

Orientador – Prof. Me. Cláudio Manoel Person

2ª examinadora – Prof. Me. César Clemente

3ª examinadora – Profª. Ma. Marília de Souza Neves

Avaliação: () _____

São Sebastião do Paraíso, ____ de _____ de 2017.

Eu, Bárbara, dedico este trabalho a Deus que me deu o dom da vida;
A minha mãe e meus avós por acreditarem nos meus sonhos;
A toda minha família que não mediu esforços para que eu chegasse até aqui;
Aos meus amigos, pelo incentivo e apoio constante.

Eu, Carolina, dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida;
Aos meus pais, Leni Aparecida Rocha Domiciano e Antônio Carlos Domiciano;
Aos meus irmãos;
A minha Vó Luzia “*in memoriam*”;
A toda minha família que com muito apoio e carinho, não mediu esforços para que eu alcançasse mais uma etapa da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Eu, Bárbara, agradeço a Deus por ter me dado saúde e forças para superar as dificuldades;

À Instituição pela oportunidade de realizar o Curso;

A todo o corpo docente que me ajudou sempre que precisei e proporcionou-me o conhecimento, esclarecendo dúvidas;

Em especial, ao meu orientador Professor Me. Cláudio Manoel Person pelo apoio e compreensão;

A minha amiga e parceira de TCC, Carolina, que uniu esforços a mim, para concluirmos essa etapa.

Eu, Carolina, agradeço a Deus, por iluminar e dar-me forças durante essa caminhada;

A minha família por sempre acreditar em mim;

A minha mãe, cujo cuidado, carinho e dedicação foi o que me deu forças para seguir em frente;

Ao Professor Me. Cláudio Manoel Person, pela orientação, apoio e confiança;

As minhas amigas, pela linda amizade, por sempre me ajudarem e me darem palavras de conforto quando mais precisei;

Enfim, a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigada.

Há escolas que são gaiolas e há escolas que são asas.

Escolas que são gaiolas existem para que os pássaros desaprendam a arte do voo. Pássaros engaiolados são pássaros sob controle. Engaiolados, o seu dono pode levá-los para onde quiser. Pássaros engaiolados sempre têm um dono. Deixaram de ser pássaros. Porque a essência dos pássaros é o voo. Escolas que são asas não amam pássaros engaiolados. O que elas amam são pássaros em voo. Existem para dar aos pássaros coragem para voar. Ensinar o voo, isso elas não podem fazer, porque o vôo já nasce dentro dos pássaros. O voo não pode ser ensinado. Só pode ser encorajado.

DOMICIANO, C.A.R. ;CHAVES, B. S. **As condições motivadoras para a criança em seu processo de ensino-aprendizagem.** Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Licenciatura em Pedagogia. Faculdade Calafiori. São Sebastião do Paraíso, 2017.

RESUMO

Cada criança aprende à sua maneira e a seu ritmo. Como há crianças que simplesmente “caminham” juntas na aprendizagem, há outras que desviam desse caminho. Entretanto, há condições que influenciam a aprendizagem, como a própria criança diante de seu físico e emocional; as condições do ambiente familiar, como a criança que vive com os pais; a presença ou não dos genitores e as condições na escola, pela relação professor e aluno, a afetividade em meio dessa relação; a socialização com os colegas; ou mesmo a junção dessas condições. Enfim, a aprendizagem é um ato complexo. O objetivo geral do trabalho será mostrar as influências quanto ao processo de ensino e aprendizagem da criança. O trabalho foi uma pesquisa bibliográfica. Concluiu-se que, atualmente, pesquisas realizadas por Nogueira Neto (1984), Frota-Pessoa (1987), Pinheiro (1994), dentre outros, têm demonstrado que o meio realmente influencia a aprendizagem da criança, mas não determina, ou seja, não define. Aprendizagem é a junção de predisposições genéticas e influências ambientais.

Palavras-chave: Ambiente familiar; Ambiente escolar; Aprendizagem; Predisposições genéticas.

DOMICIANO, C.A.R. ; CHAVES, B. S. **The influences of emotion in the teaching-learning process.** Completion of course work. Degree in Pedagogy. Calafiori College. São Sebastião do Paraíso, 2017.

ABSTRACT

Each child learns their way and their rhythm. As there are children who simply "walk" together in learning, there are others who deviate from the path. However, there are conditions that influence learning, as a good child in front of his physical and emotional; as conditions of the family environment, as a child living with the parents; a presence or not of the parents and as conditions in the school, by the relationship teacher and student, an affection in the middle of the relationship; a socialization with colleagues; or even a combination of conditions. Anyway, learning is a complex one. The general objective of the work is to show how influences to the teaching and learning process of the child. The work was a bibliographical research. It was concluded that, currently, researches carried out by Nogueira Neto (1984), Frota-Pessoa (1987), Pinheiro (1994), among others; is not defined, that is, does not define. Learning is a junction of genetic predispositions and environmental influences.

Keywords: Family environment; School environment; Learning; Genetic predisposition.

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1 – Períodos escolares no Brasil..... | 25 |
|--|----|

LISTA DE SIGLAS

ABE - Associação Brasileira da Educação

LBA - Legião Brasileira de Assistência

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação e Cultura

PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

TCC - Trabalho de Conclusão Curso

TDAH - Transtornos de Déficit de Atenção

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNIFRAN - Universidade de Franca

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO..... | 12 |
| 1 UM BREVE RELATO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO..... | 15 |
| 1.1 Definição de educação..... | 15 |
| 1.2 Formação da educação no Brasil: ontem e hoje..... | 17 |
| 2 APRENDIZAGEM E SUAS CONSIDERAÇÕES: Definição e Teorias..... | 28 |
| 2.1 Definição de Aprendizagem..... | 28 |
| 2.2 A Aprendizagem na concepção Construtivista (Piaget), na Teoria de Vygotsky e na Teoria de Wallon..... | 31 |
| 3 A INFLUÊNCIA DO MEIO NA APRENDIZAGEM..... | 39 |
| 3.1 Condições da criança..... | 42 |
| 3.2 Condições do ambiente familiar..... | 47 |
| 3.3 Condições do ambiente escolar..... | 51 |
| CONSIDERAÇÕES..... | 58 |
| REFERÊNCIAS..... | 60 |

INTRODUÇÃO

Sou uma pessoa cheia de ideais, chamo-me Bárbara da Silva Chaves estou me licenciando em Pedagogia por ter esperança de que a Educação possa mudar as pessoas. Tenho várias memórias da minha trajetória escolar, pessoas que me marcaram com seu modo de ensinar, uma em especial a professora Rosilene, que na antiga quarta série trabalhou o livro Pollyanna Menina. Esse livro conta a história de uma menina que ficou órfã e tinha um jogo seu, de só ver o lado bom das coisas e assim encantou a todos. Dessa maneira, o livro despertou o meu interesse para a leitura e um olhar diferente para o mundo. A Educação Infantil na escola Pingo de Gente, a qual não existe mais, recorro do pulso forte da diretora Glorinha.

Comecei a fazer a antiga primeira série do Ensino Fundamental na Escola Municipal Campos do Amaral, mas não me adaptei e fui estudar próximo à minha casa na Escola Estadual São João da Escócia, onde fui alfabetizada pela professora Maria José pelo método silábico. Recordo que ela era uma ótima professora, da qual pretendo seguir o exemplo. Assim, nessa instituição pequena, onde todos se conheciam que tratava todos os alunos com muito carinho e de uma forma especial, concluí a antiga oitava série.

O Ensino Médio na Escola Estadual Benedito Ferreira Calafiori foi uma fase enriquecedora, onde conheci vários amigos e de muitos estudos também.

Formei-me no Ensino Médio em 2010, fiz um ano de cursinho, passei em um vestibular para Administração em uma Universidade Federal, mas não era o que eu queria. Depois disso fiquei dois anos pensando em que curso escolher, com a ajuda de uma amiga, Vanessa Del Duque Abrão, escolhi Pedagogia e acertei na escolha. Já trabalho na área e sou muito feliz.

Chamo-me Carolina Aparecida Rocha Domiciano, nasci em Guaxupé - MG, cidade onde comecei meus estudos. A primeira instituição de ensino por onde passei foi o Catetos, onde fiz o pré escolar. A primeira, segunda e terceira série estudei na escola Estadual Coronel Antônio Costa Monteiro. Em 2006, meus pais se separaram, assim, minha mãe e eu viemos morar em São Sebastião do Paraíso, onde comecei a estudar a quarta série na escola Estadual Comendadora Ana Cândida de Figueiredo, onde estudei até o terceiro ano do Ensino Médio. Lá tive várias professoras excelentes, entre elas Angelita Zumerle, que lecionava a disciplina de Química e com seus métodos de ensino, fez com que eu me interessasse e aprendesse cada

vez mais a respeito dessa matéria, na qual eu tinha certa dificuldade de aprendizagem. Terminei os estudos do Ensino Médio em 2013 e no próximo ano já queria estar matriculada em um curso superior. Eu tinha dois cursos em mente, Química e Pedagogia. E em uma visita na UNIFRAN, visitei as duas salas. Química era totalmente diferente do que jeito que eu imaginava que fosse, e foi onde optei pela Pedagogia.

Sempre admirei muito a profissão e hoje tenho certeza que escolhi o curso certo, pois a cada aula, a cada descoberta, fico ainda mais apaixonada por essa profissão desafiadora.

As diferenças individuais levam algumas crianças a serem mais lentas na aprendizagem, enquanto outras aprendem mais rápido.

Aprende-se por nós mesmos, não se pode aprender pelos outros. As novas aprendizagens do indivíduo dependem de suas experiências anteriores. Assim, as primeiras aprendizagens servem de pré-requisitos para as subsequentes. Mas há aquelas crianças que não conseguem acompanhar as outras no mesmo ritmo por influência de algum fator ou fatores. Como consequência, essas crianças têm, várias vezes, baixos níveis de autoestima e de autoconfiança, o que pode conduzir à falta de motivação, afastamento, crises de ansiedade, estresse e depressão.

A fim de diagnosticar as razões pelas quais as crianças aprendem é necessário observar as suas relações no grupo familiar a que pertencem, no sistema educacional e nos demais grupos, sem esquecer de sua autonomia como sujeitos que constroem sua própria história. Portanto, no processo de aprendizagem, há que se levar em conta o organismo, o corpo, a inteligência e o desejo do que aprende.

Em meio a tudo isso, atualmente, pesquisas têm revelado que o meio influencia, mas não determina a aprendizagem. Pesquisas essas realizadas por Nogueira Neto (1984), Frola-Pessoa (1987) e Pinheiro (1994).

O objetivo geral do trabalho será mostrar as influências quanto ao processo de ensino-aprendizagem da criança. E como objetivos específicos: estudar a respeito da história da educação; relatar sobre a aprendizagem; mostrar teorias voltadas ao aprender; de Piaget, Teoria de Vygotsky e Teoria de Wallon.

A pesquisa justifica-se por ser um tema interessante a quaisquer leitores, sejam pais ou educadores. Portanto, o trabalho apresentará informações importantes aos pais e educadores, com o intuito de mobilizar ideias e recursos para conseguir uma formação básica e profissional sólida e adaptada às necessidades específicas e mutáveis; orientar os alunos na transição da escola para a vida ativa; buscar fórmulas imaginativas e inovadoras para uma aprendizagem prazerosa e significativa.

Diante do exposto, o tema será: As condições motivadoras para a criança em seu processo de ensino-aprendizagem. Portanto, destaca-se o problema a ser averiguado na pesquisa: a aprendizagem é consolidada como ato que é influenciado pelo meio, mas não determinado?

Assim, o trabalho tratará de um estudo bibliográfico.

“Da revisão da literatura depende, muito da teoria que se desenvolve no esclarecimento dos fatos que se estudam. Às vezes, a teoria de um autor expressa em alguma obra fundamental serve de apoio para a análise de determinada realidade” (TRIVIÑOS, 1987, p.100).

Para Minayo (2010, p. 31), “a revisão bibliográfica é construída com as várias fontes pesquisadas, sendo uma discussão entre os autores da qual resulta uma consideração final”.

Cervo e Bervian (2009, p. 51) revelam que:

[...] a pesquisa bibliográfica é meio de formação por excelência. Como trabalho científico original, constitui a pesquisa propriamente dita na área das Ciências Humanas. Como resumo de assunto, constitui geralmente o primeiro passo de qualquer pesquisa científica.

O trabalho é retratado em três capítulos. No primeiro estuda sobre a educação no Brasil, desde a chegada dos jesuítas, até nos dias de hoje; enfatizando o aprender; já no segundo capítulo discorre-se sobre as Teorias da Aprendizagem, focando cada perspectiva de Piaget (1983) em sua obra *A equilibração das estruturas cognitivas*; Vygotsky (2001) *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*; Vygotsky (2003) *A Formação Social da Mente* e Vygotsky (2005) *Pensamento e Linguagem* e Vygotsky (2001) *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem* e Wallon (1995) *A evolução psicológica da criança*; e, no terceiro capítulo revelaram-se estudiosos atuais quanto ao termo aprendizagem. E é nesse capítulo, que se responderá a pergunta do trabalho.

1 UM BREVE RELATO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Antes de adentrar ao tema propriamente do trabalho: As condições motivadoras para a criança em seu processo de ensino-aprendizagem, é necessário pesquisar o que é educação, pois o termo vem perseguindo o ser humano desde o início da sociedade. Mesmo sem intencionalidade e sem preocupação com a sua organização e desenvolvendo-se com base nas características do que ocorria em cada período da história da humanidade. Os indivíduos mais velhos serviam de exemplo aos mais jovens e esse era o modelo educacional principal. Nas sociedades primitivas historicamente, e em algumas que assim permanecem até hoje, o ritual de iniciação educacional constituiu um fator que comprova essa referida evolução.

1.1 Definição de educação

O termo educação era visto como o aprender pela imitação com a experiência dos mais velhos, de modo que a tradição foi durante muito tempo a indispensável origem de obtenção de conhecimento (CASTRO, 2008).

Mas, há o conceito implícito na História da Educação, “Educação etimologicamente provém do Latim; prende-se ao verbo *educare*, aparentado com *ducere*(= conduzir) e *educere*(= tirar para fora, criar)” (BRANDÃO, 2010, p. 18).

Através dos tempos a educação tem sofrido múltiplas conceituações formuladas à base de pontos de vista de diferentes estudiosos e pesquisadores e sob a influência das condições socioculturais de cada época. Atualmente, a educação, promovida sistematicamente, visa à formação integral do educando, orientado pelo educador, sendo que na escola, depende exclusivamente da integração professor-aluno e da família. E como firmação desses dizeres tem-se a Lei Maior de um país que é a Constituição Federal de 1988 (CASTRO, 2008).

O marco regulatório mais importante da educação escolar e, por consequência que se refere ao direito à educação no Brasil dos dias atuais é a Lei n. 9.394 de dezembro de 1996, a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. “A LDB é uma das leis complementares previstas na Constituição de 1988, cuja promulgação marcou a redemocratização e a plena vigência do estado de direito no país” (BRANDÃO, 2010, p. 18). A Lei de Diretrizes e Bases em seus artigos 2 e 3 estabelece que:

Artigo 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996).

Como pode-se verificar a LDB trouxe em seu bojo artigos importantes, como os declarados acima, em que a educação passa a ser um dever da família e do Estado.

Artigo 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extraescolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais (BRASIL, 1996).

O ensino passou a ser ministrado com base em certos princípios, como igualdade, liberdade, pluralismo, respeito, gratuidade, valorização do profissional educacional, a gestão democrática, qualidade, valorização e vinculação entre educação escolar/trabalho/práticas sociais.

O Plano Nacional de Educação e outros documentos legais buscaram garantir ainda mais esse direito (CASTRO, 2008). Além do que esse direito, o da educação escolar, está instituído há mais de meio século pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu artigo XXVI:

Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948, p. 6).

A educação tornou-se um direito de todo cidadão e de forma gratuita até o Ensino Fundamental. Também o ensino técnico e profissional tornou-se generalizado e os estudos superiores abertos, enfatizando o termo igualdade.

Mas, apesar dessa forte legislação apontada, referente ao direito à educação, “ainda hoje existem regiões onde não há escolas” (ARANHA, 2009, p. 16).

O Brasil possui milhares de crianças e adolescentes fora da escola, assim o que se vê é direito à educação no papel, no formato de Lei, mas não a Lei em prática; no que se refere ao governo cabe a ele oferecer mais condições para que esses alunos freqüente a escola, com motivação, enfim uma assistência mais implementada e planejada dependendo da região brasileira (FONTOURA, 2017, p. 31).

1.2 Formação da educação no Brasil: ontem e hoje

A história é resultado da preocupação que o homem tem de reconstruir o passado relatando os acontecimentos por meio da seleção dos fatos considerados relevantes e a partir de uma ordem cronológica. Pelo trabalho o homem insere-se no tempo, estabelece as relações sociais e, ao receber a herança cultural dos antepassados, realiza projetos de mudança.

As contribuições teóricas acumuladas pelos anos tornam-se ineficazes ou incapazes se introduzidas no ambiente de fora para o interior das escolas, sem vínculo com as necessidades objetivas requeridas pelos educadores e por suas práticas. Há uma dimensão do conhecimento necessário à formação do educador que será gerada por ele mesmo, no experimento e na coragem da mudança, na recomposição do conteúdo e da forma da instituição escolar (SOARES, 1998).

Os jesuítas são apontados como os primeiros educadores do Brasil. Já naquele tempo, por volta de 1550, havia uma didática seguida pelos jesuítas: o ensino era dividido em duas séries, a inferior, com duração de seis anos, dedicada ao estudo da Retórica, Humanidades e Gramática; e a superior, com duração de três anos, que ensinava Lógica, Moral, Física, Matemática e Metafísica, sendo que eram administradas em grego, latim e português, sem maiores preocupações técnicas ou de formação profissional. Tratava-se de uma educação voltada aos burgueses e pelos burgueses. Romanelli (2001, p. 36) destaca que,

símbolo de classe, esse tipo de educação livresca, acadêmica e aristocrática foi fator coadjuvante na construção das estruturas de poder na Colônia. Isso porque a classe dirigente, aos poucos, foi tomando consciência do poder dessa educação na formação de seus representantes políticos junto ao poder público. Os primeiros representantes da Colônia junto às Cortes foram os filhos dos senhores de engenho educados no sistema jesuítico. Casaram-se,

assim, portanto, a grande propriedade, o mandonismo e a cultura transplantada expandida pela ação pedagógica dos jesuítas.

Esse complexo sobreviveu mesmo à expulsão dos jesuítas em 1759. Inúmeras foram as dificuldades daí recorrentes para o sistema educacional, até porque como relata Gadotti (1998, p. 230), “com os jesuítas, tivemos um ensino de caráter verbalista, retórico, repetitivo, que estimulava a competição através de prêmios e castigos. Era uma educação que reproduzia uma sociedade dividida entre analfabetos e doutores”.

Em 1822 veio a independência, e a recente Monarquia Brasileira teve como desafio a criação de uma nação culta, alfabetizada, conhecedora “das letras”.

A educação popular achava-se divulgada em nível mundial e se inspirava no padrão da escola graduada apoiada na classificação homogênea dos alunos, na permanência de várias salas de aula e vários professores. Os republicanos não só viam na educação a esperança de fortalecer o novo regime, mas a reforma da Nação. A escola primária transformou-se em uma das principais mediadoras dos valores republicanos; por isso, os grupos escolares tornaram-se um símbolo (SOARES, 1998).

Os professores eram vistos como alguém que simplesmente transmitia os conhecimentos e os alunos escutavam prontamente e disciplinados, era o que se chamava de pedagogia autoritária. Não havia uma interação, mas sim algo pronto e acabado. “Saber que deixava de ser de experiência vivida para ser de experiência narrada ou transmitida” (FREIRE, 1995, p. 67).

A pedagogia que o professor seguia refletia uma sociedade prepotente, sendo dimensão da cultura do silêncio. Se o educador era o que sabia, os educandos eram os que nada sabiam, cabia àquele dar, passar, fornecer, levar, transmitir o seu saber aos educandos. Segundo Piletti (2000) os professores baseavam-se numa pedagogia autoritária: “o educador era o sujeito do processo; os educandos, meros objetos” (PILETTI, 2000, p. 63).

Como sujeitos, os professores se restringiam a ensinar a ler, a escrever, contar e passar um banho de cultura geral, enquanto os alunos recebiam tudo passivamente (SOARES, 1998).

Em 1893 houve a criação dos grupos escolares. Os grupos escolares cumpriram finalidades estabelecidas pela sociedade. E continuam importantes pela inspiração da civilidade que trazem no dia-a-dia do ensino de hoje. Os grupos escolares indicaram e ainda indicam uma mudança na forma de praticar e escrever a história da educação na qual elementos, como a organização dos programas e as práticas tornam-se imprescindíveis para a compreensão da construção social e cultural das instituições escolares (SOARES, 1998).

Contudo, como revela Soares (1998, p. 81),

[...] as vagas no ensino primário da Escola Modelo, a complementação do ensino primário no suplementar, e as dos grupos escolares, com quatro anos de estudos, também eram ocupadas pelos filhos das camadas sociais mais altas. Para a esmagadora maioria das crianças pobres não havia nem escola. E quando tinham acesso ao ensino, restavam para elas as escolas isoladas, com apenas três anos de estudos, ministrados pelos professores que recebiam os piores salários e lecionavam em salas de aulas precárias. Visto de outro ângulo, eram questões que nenhum método, sintético ou analítico, poderia resolver.

Apesar de problemas e concessões, os grupos escolares trouxeram em seu contexto político e social a missão de instruir o cidadão republicano. Eram constituídas de teorias pedagógicas, representações e práticas simbólicas, que contribuíram para a produção de uma nova ordem escolar e de uma identidade própria configurando novas formas de pensar, sentir e agir, possibilitando a identidade/diferença do grupo escolar no conjunto das instituições sociais.

A Constituição de 1891, agora na Primeira República, delegava às províncias e aos municípios a responsabilidade pelo ensino básico e delegava à União a responsabilidade pelo ensino secundário e superior, e mais uma vez, privilegiava as elites, como confirma Haddad e Di Pierro (2000, p. 108): “foi nessa época que a nova Constituição republicana estabeleceu também a exclusão dos adultos analfabetos da participação pelo voto, isto em um momento em que a maioria da população adulta era iletrada”.

Esse período foi marcado por uma considerável inquietação proveniente da insatisfação com a qualidade do Ensino Médio. Dessa insatisfação resultaram algumas reformas educacionais, dentre elas, a criação de escolas noturnas destinadas a adultos e com duração de um ano, como se destaca no Decreto n. 1.6782/A, de 13 de janeiro de 1925.

A educação, na década de 1920, atravessou um tempo de imensas iniciativas referentes à educação. O principal propósito para que acontecessem as reformas foi por não existir, ainda, um programa estruturado de educação pública, o que proporcionou espaço para propostas referentes a educação. Gadotti (1998, p. 234) explica que,

[...] assim, a defesa de uma escola pública, universal e gratuita tornou-se o estandarte de um dos movimentos mais importantes da época, conhecido pelo nome de Escola Nova. Entre os educadores que lideraram o movimento Escola Nova estavam Anísio Teixeira, da Bahia; Fernando de Azevedo e Manuel Lourenço Filho, de São Paulo.

Com a chegada da Escola Nova, a partir da década de 30, a educação, especialmente a pública, obteve mais espaço nos interesses do poder. Ocorreu o primeiro vultoso efeito político e doutrinário da Associação Brasileira da Educação (ABE) em prol de um Plano Nacional de Educação. Em 1938, com a origem do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep), o qual é uma valiosa declaração da história da educação no Brasil, fonte de referências e instruções para educadores brasileiros até hoje (SOARES, 1998).

Após a ditadura de Getúlio Vargas (1937-1945), iniciou-se uma pausa para a democratização no Brasil, a qual foi suspensa pelo golpe militar de 1964. Nesse período de tempo, em que as liberdades democráticas foram consideradas, o movimento educacional teve um novo repente, discriminados por dois movimentos: o movimento por uma educação popular e o movimento em defesa da educação pública, sendo que os dois defendiam ideias conservadoras e progressistas. Apenas em 1988, com o movimento da educação pública popular, fortalecido pelos partidos políticos mais comprometidos na luta pela educação do povo, unificaram-se os ideais (SOARES, 1998).

Romanelli (2001) traz que houve novidade quanto à regulamentação do ensino apenas em 1942, quando ocorreu a reforma que foi denominada de Reforma Capanema. Nessa Reforma, realizada por Gustavo Capanema, Ministro da Educação entre 1934/1945 aconteceu a reformulação do ensino comercial, organizou-se o ensino industrial e constituiu-se o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), além de possibilitar reformas no ensino secundário. Dessa maneira, por decisão do Ministro, em 1942 aconteceu a reformulação de certas seções do ensino, que foi chamada de Leis Orgânicas do Ensino, a educação no Estado Novo caracterizou-se mediante decretos.

Até os anos 40, século passado, a educação de adultos era compreendida como uma extensão da escola formal para todos, sobretudo para os habitantes da zona rural, isto é, uma democratização da escola formal. Em 1942, o Fundo Nacional do Ensino Primário propunha a ampliação do ensino primário e incluiu o Ensino Supletivo para os adultos. Naquele momento, a UNESCO denunciou as imensas desigualdades existentes entre os países e alertou para o papel que a educação deveria desempenhar, em especial a Educação de Jovens e Adultos.

Gadotti (1998, p. 235) revela que,

[...] em 1946 o então Ministro da Educação Raul Leitão da Cunha, que ocupou a pasta de 30 de outubro de 1945 a 31 de janeiro de 1946, regulamentou o ensino primário e o ensino normal, além de criar o Serviço

Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), atendendo às mudanças exigidas pela sociedade.

O fim do Estado Novo foi consolidado pela elaboração de uma nova Constituição, de cunho liberal e democrático. Quanto à educação, a Constituição de 1946 determinava a obrigatoriedade da conclusão do ensino primário e firmava a competência do Estado para legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional (RIBEIRO, 2000).

Na década de 50, século XX, a educação de adultos passou a ser vista, principalmente como educação de base.

Em 1958, o 2º Congresso Nacional de Educação de Adultos, no Rio de Janeiro, contou com a participação marcante de Paulo Freire. O Congresso abriu as portas para um programa permanente de enfrentamento do problema da alfabetização que trouxe à realidade o Plano Nacional de Alfabetização de Adultos, dirigido por Paulo Freire.

Em 1963 foi criado o Plano Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação e Cultura, apoiado por Paulo Freire, e o mais importante, com um tratamento específico nos planos pedagógicos e didáticos para a educação de adultos. Quando, em 1964, as Forças Armadas assumiram o governo, os movimentos de educação e cultura populares ficaram enfraquecidos e o Programa Nacional de Alfabetização foi interrompido (RIBEIRO, 2000).

E os anos passaram-se, e na Constituição de 1967 manteve-se a educação como direito de todos (artigo 168) e, pela primeira vez, estende a obrigatoriedade da escola até os quatorze anos.

Em 11 de setembro de 1971, foi assinada a Lei nº 5.692, chamada de Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Brasileira, que instituía normas sobre o ensino de primeiro e segundo graus. A Legião Brasileira de Assistência (LBA) criou, em 1977, um programa nacional de educação pré-escolar denominado de Projeto Casulo, criado para liberar a mãe para o trabalho e, assim aumentar a renda familiar.

Os movimentos operários e feministas aqueceram-se na década de 1980 na luta pela democratização do país e pelo combate às desigualdades sociais gritantes.

“No final do regime militar, com a abertura política, foram adotadas medidas para ampliar o acesso da população mais pobre à escola e para garantir sua permanência nela” (CRUZ, 2000, p. 47).

Nos grandes centros urbanos, a oferta de creche não respondia à demanda, o que faz com que ampla parcela da população de mães que precisavam trabalhar reivindique a creche como um direito.

Como resultado de tais movimentos, houve um aumento no número de creches públicas e particulares provenientes dos governos municipal, estadual e federal. Mas, ainda não eram suficientes.

Com a chegada da nova Constituição em 1988 há inovações a respeito da educação:

Artigo 205 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p. 123).

Diante do artigo 205, consolidaram-se grandes avanços nesse sentido, como no artigo 208: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...] IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças de zero a seis anos de idade” (BRASIL, 1988, p. 124).

Anterior à Constituição de 1988, a criança menor de sete anos não possuía direito à escola. A partir da nova Constituição, a Educação Infantil, proporcionada em creches e pré-escola, passou a ser um direito da criança, um dever do Estado e uma escolha da família. “A creche é, assim, pela primeira vez na história do nosso país, reconhecida como um serviço de natureza educacional, devendo atender crianças de até três anos” (PRIORI, 1995, p. 43).

A questão foi tratada apenas no sentido de acesso à educação das crianças pequenas, mas não a qualidade. Todas as instituições se preocupavam em cuidar das crianças, no sentido de alimentação, da higiene básica e da proteção contra os perigos do ambiente e das epidemias da época. Entretanto, não se preocupavam com a qualidade das interações que ocorriam em seu interior, entre criança-criança, criança-adulto e adulto-adulto. Não se preocupavam também com a qualidade dos atendimentos prestados; por exemplo, se eles estimulavam e favoreciam o desenvolvimento da criança em todas as suas dimensões social, cognitiva, intelectual, afetiva e motora. Essas instituições eram voltadas para o cuidar e não para o educar. Posteriormente com estudos em psicologia e educação, a qualidade nessas instituições começa a ser questionada, ou seja, se elas existiam apenas para cuidar ou deveriam se preocupar com a questão de educar também. Assim, estudiosos perceberam que a infância é a fase decisiva para o desenvolvimento do ser humano (RIBEIRO, 2000).

Também no artigo 208, inciso III da Constituição Federal, foi assegurado o atendimento educacional especializado aos deficientes, preferencialmente na rede regular de ensino e a garantia aos direitos das pessoas portadoras de deficiência, estabelecendo que todos são iguais perante a lei e que a mesma punirá qualquer discriminação.

Artigo 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

[...]

III – Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; [...] (BRASIL, 1988, p. 123).

O artigo 8º, inciso I, da Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, regulamentada pelo Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, diz:

Constitui crime punível com reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa: recusar, suspender, procrastinar, cancelar o fazer cessar, sem justa causa, a inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso o grau, público ou privado, por motivos derivados da deficiência que porta (BRASIL, 1999, p. 3)

Se o direito à rede regular de ensino, passa a ser um direito inquestionável, a simples recusa, da prestação dos serviços educacionais, ou a suspensão e o cancelamento, sem justa causa, da matrícula de pessoa com deficiência, será considerada como crime por parte das instituições públicas ou particulares de ensino.

No mesmo ano, “em comemoração ao Ano Internacional da Alfabetização, foi criada, no Brasil, a Comissão Nacional de Alfabetização, coordenada inicialmente por Paulo Freire e depois por José Eustáquio Romão” (RIBEIRO, 2000, p. 63).

Paulo Freire colocava tanto o educador quanto o educando no mesmo nível de igualdade, ambos sujeitos, porque acreditava que todo homem é ser finito, inacabado (PAULO FREIRE apud HADDAD e DI PIERRO, 2000). Desta forma, não existe alguém totalmente educado, terminado, capaz de atuar, sobre os outros; há apenas seres em diferentes fases de maturação, e que, portanto devem buscar ser mais (HADDAD e DI PIERRO, 2000). Em conjunto, num espaço físico determinado, num tempo preciso.

Em 1996, chegou ao cenário legislativo brasileiro, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394, a qual instituía sobre as diretrizes e bases da educação nacional, sendo que no artigo 2, destaca sobre os princípios e fins da educação:

Artigo 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996, p. 2).

A Lei também representa uma conquista histórica ao estabelecer que a Educação Infantil é a etapa inicial da Educação Básica. Assim, a Lei ampliou o conceito de educação

básica que passa a abranger a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, como pode-se verificar abaixo:

Artigo 21. A educação escolar compõe-se de:

I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;

II - educação superior (BRASIL, 1996, p. 8).

A LDB enfatizou a importância da Educação Infantil na promoção de desenvolvimento pleno da criança.

Artigo 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996, p. 11).

Após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foram criados fóruns estaduais e regionais como espaço de organização de área, implementação de políticas e organização de programas de formação de educadores para as novas demandas da Educação Infantil.

Na década de 90, ocorreu que, “o discurso pedagógico foi enriquecido com temas como a diversidade cultural, diferenças étnicas e de gênero, que ganharam espaço no pensamento pedagógico brasileiro e universal” (GADOTTI, 1998, p. 236). Assim, com o surgimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 1997) produzido pelo Ministério da Educação e do Desporto, houve a intensificação pela preocupação com a pluralidade cultural:

Tratar da diversidade cultural, reconhecendo-a e valorizando-a da superação das discriminações é atuar sobre um dos mecanismos de exclusão, tarefa necessária ainda que insuficiente, para caminhar na direção de uma sociedade mais plenamente democrática. É um imperativo do trabalho educativo, voltado para a cidadania uma vez que tanto a desvalorização cultural-traço bem característico de país colonizado-quanto à discriminação são entraves à plenitude da cidadania para todos, portanto, para a própria nação (BRASIL, 1997, p.21).

A questão da associação entre diversidade cultural e prática do professor indica ponto significativo na estruturação de uma escola democrática, contudo, sabe-se que a presença da diversidade origina debates, tensões, conflitos e persistência ao que se refere às mudanças de normas.

Em 1998, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) elaborou também um Referencial Curricular Nacional para a área da Educação Infantil.

Apesar de uma legislação bem elaborada, o analfabetismo se acentua a cada dia mais no Brasil.

Desde o final do século XX, começo do século XXI é evidente que algo mudou em relação à Educação, principalmente devido ao advento da internet e com a evolução tecnológica que houve em 2001, fazendo com que fosse dada mais ênfase à Educação à distância.

Naquele mesmo ano o Ministério da Educação, Portaria nº 2.253 instituiu a oferta de disciplinas a distância para atender 20% da carga horária dos custos presenciais. E essa evolução foi tão rápida que um ano depois, em 2002, o MEC criou a Comissão Assessora de especialistas em Educação a distância. Apesar de todas essas propostas, a UNESCO, através de dados, mostra que o número de analfabetos no mundo tem aumentado e o Brasil amplia cada vez mais essas estatísticas.

Em 16 de maio de 2005, houve a implantação da Lei n. 11.114, que alterou o artigo 6º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9394/96, objetivando tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade. Abaixo este artigo já retratado: artigo 6º “É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores, a partir dos seis anos de idade, no ensino fundamental” (BRASIL, 2005).

Segundo a Resolução n. 3, de 3 de agosto de 2005 destacou-se:

Artigo 1º A antecipação da obrigatoriedade de matrícula no Ensino Fundamental aos seis anos de idade implica na ampliação da duração do Ensino Fundamental para nove anos.

Artigo 2º A organização do Ensino Fundamental de 9 (nove) anos e da Educação Infantil adotará a seguinte nomenclatura:

Quadro 1 – Períodos escolares no Brasil

| Etapa de ensino | Faixa etária prevista | Duração |
|-------------------------------|------------------------------|----------------|
| Educação Infantil | até 5 anos de idade | |
| Creche | 3 anos de idade | _____ |
| Pré-escola | 4 e 5 anos de idade | |
| Ensino Fundamental até | até 14 anos de idade 9 anos | 9 anos |

| | | |
|---------------|--------------------------|--------|
| Anos iniciais | de 6 a 10 anos de idade | 5 anos |
| Anos finais | de 11 a 14 anos de idade | 4 anos |

Fonte: as autoras

A Educação Infantil como um todo vai de 0 a 5 anos de idade, tendo o período da creche de 0 a 3 anos de idade e pré-escola de 3 a 5 anos de idade. No Ensino Fundamental também há duas divisões o Ensino Fundamental I, anos iniciais de 6 a 10 anos e Ensino fundamental II de 11 a 14 anos de idade.

Em 6 de fevereiro de 2006 com a aprovação da Lei n. 11.274, o Ensino Fundamental passou a ter nove anos com matrícula obrigatória a partir dos seis anos de idade.

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão.

[...]

Artigo 87. É instituída a Década da Educação, a iniciar-se um ano a partir da publicação desta Lei.

[...]

§ 2º O poder público deverá recensear os educandos no ensino fundamental, com especial atenção para o grupo de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos de idade e de 15 (quinze) a 16 (dezesesseis) anos de idade (BRASIL, 2006, p. 23).

Em 16 de maio de 2005, houve a implantação da Lei n. 11.114 que alterou o artigo 6º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9394/96, objetivando tornar obrigatório o início do Ensino Fundamental aos seis anos de idade.

Em 2013, com a Lei n. 12.796, os pais que têm criança de 04 anos de idade passam a ter o dever de matriculá-la na Educação Básica, portanto, não sendo mais uma escolha da família, mas sim um dever instituído por Lei, em seu artigo 6º: “É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 anos de idade” (BRASIL, 2013, p. 2).

A educação no Brasil originou-se com os jesuítas, sendo que foi se expandindo e evoluindo até chegar aos grupos escolares, onde a pedagogia ministrada pelo professor era extremamente autoritária, em que os alunos apenas ouviam sem interagirem com o educador. Segundo Fausto (2015, p. 384), “as escolas e colégios jesuítas, subsidiados pelo Estado português, se obrigava a formar gratuitamente sacerdotes para a catequese, instruir e educar os indígenas, os mamelucos e os filhos dos colonos brancos”.

Com o passar dos anos, leis e decretos foram instituindo mais liberdade a essa Pedagogia, além de oferecer o direito da educação a partir da Educação Infantil, não sendo

mais vista como uma fase de cuidados assistencialistas com as crianças, mas de um bom trabalho, pois é o período mais importante para a aprendizagem de qualidade das mesmas.

As crianças passaram a ir para a escola mais cedo. Na educação foram incorporados projetos, discursos, teorias e práticas enraizadas, também outras modalidades de educação como a educação de adultos e a educação à distância e, é nesse contexto que a intercessão de subjetividades e práticas trouxe comportamentos, experiências, configurando formas de agir, pensar e sentir; e possibilitou a identidade e a diferenciação da escola no conjunto das instituições sociais.

2 APRENDIZAGEM E SUAS CONSIDERAÇÕES: definição e teorias

No capítulo que se inicia, será relatado sobre a definição do termo aprendizagem em se tratando da criança na escola. Além disso, serão estudadas as concepções Construtivista (Piaget), na Teoria de Vygotsky e na Teoria de Wallon.

2.1 Definição de Aprendizagem

Ao nascer, o ser humano é como os outros animais e precisará reprimir seus instintos para que possa viver em sociedade. Além do que, o homem é o único animal que requer educação. “E toda educação vem através das diversas formas de aprendizagem, seja no meio familiar, seja através da escola ou através dos outros contextos em que a criança interaja” (GONÇALVES, 2005, p. 10).

As escolas tendem a acelerar seus programas e a adequar seus currículos às crianças de faixa etária cada vez menor, portanto, diminui a infância. A maioria das crianças chega às escolas com sede do saber, devido aos estímulos produzidos por suas famílias e pelo meio em que vivem. Há uma grande expectativa por parte das mesmas, no sentido de acharem que no final do primeiro dia de aula, mesmo aquelas crianças pequenas sairão da escola sabendo tudo (GONÇALVES, 2005).

O tempo de cada um construir seu aprendizado é único, sendo impossível prever com clareza o que acontecerá e como acontecerá essa trajetória.

Tais respostas fundam na atualização dos esquemas reconhecendo significações aos estímulos, ou seja, adjunções exclusivas incluídas pelo sujeito. Desta forma, considera-se que a aprendizagem não flui do nada, pois a formação de novos costumes baseia-se sempre numa distinção dos esquemas anteriores.

O conhecimento adquirido não é simplesmente um registro, nem cópia, porém é o produto de uma organização em graus diversos dos esquemas de que o sujeito possui. Em termos Piagetianos: “toda acomodação e toda diferenciação dos esquemas, resultantes por definição, consistem em reações de compensação respondendo às perturbações que tornam necessária a variação dos esquemas iniciais” (WEISZ, 2000, p. 51).

O mundo onde as crianças vivem é embasado num conjunto de fenômenos sociais, naturais e morais no qual se mostram com capacidade de querer saber mais e mais a cada dia. Assim, quando já pequenas, pela vivência e experiência com o meio natural e social no qual se situam, as crianças aprendem sobre o mundo por meio de questionamentos sobre tudo que veem e sentem.

Como integrantes de grupos socioculturais singulares, vivenciam experiências e interagem num contexto de conceitos, valores, ideias, objetos e representações sobre os mais diversos temas a que têm acesso na vida cotidiana, construindo um conjunto de conhecimentos sobre o mundo que as cerca (CUNHA, 1996, p. 22).

O termo aprendizagem refere-se a uma obtenção proporcionada pela experiência, mas expandindo-se com o tempo, ou seja, de forma mediata e não imediata como se pode notar na percepção ou na compreensão instantânea.

Há bastante tempo têm havido estudos para uma explicação satisfatória de como os humanos aprendem. O estudo científico sobre a aprendizagem era realizado somente por profissionais da área da psicologia. Esses profissionais conceituavam a aprendizagem como “uma mudança relativamente persistente, no comportamento potencial de um indivíduo, devido à experiência” (FONTANA, 2001, p. 166).

A aprendizagem somente se concretiza a partir da reunião de determinadas condições para a evolução neurológica. Assim, para que a criança aprenda é absolutamente necessário que possua condições favoráveis para o seu desenvolvimento, mas nem todas as crianças aprendem do mesmo modo.

Segundo Drouet (2000, p. 8), a aprendizagem é

[...] gradual, pois vamos aprendendo pouco a pouco, durante toda a nossa vida. É um processo constante, contínuo e cada indivíduo tem seu ritmo próprio de aprendizagem (ritmo biológico) que, aliado ao seu esquema próprio de ação, irá constituir sua individualidade.

As diferenças que cada criança possui, faz com que as mesmas tenham o seu tempo para aprender, ou seja, enquanto uma aprende rapidamente, outras são mais lentas, ou mesmo podem apresentar dificuldades. Portanto, o aprender, é algo extremamente individual e pessoal de cada indivíduo, além da genética e de outros fatores.

Ainda de acordo com Drouet (2000, p. 9),

[...] existem pelo menos sete fatores fundamentais para que a aprendizagem se efetive, seja qual for a teoria de aprendizagem considerada. Os sete fatores são a saúde física e mental, motivação, prévio domínio, maturação, inteligência, concentração ou atenção, memória.

A criança deve possuir um bom estado físico geral para que a mesma possa aprender (ARAÚJO, 2001). Há inúmeros problemas na parte física que podem afetar o aprendizado da criança, como por exemplo, dores de cabeça, febre, deficiência de visão, de audição, disritmias, as chamadas ausências.

A motivação é o fator que faz com que a criança queira aprender, levando-a a ter sucesso na construção do conhecimento. As motivações que levam a criança a aprender são de níveis de desenvolvimento humano, biológico, psicológico e social.

A aprendizagem, através da educação, depende do processo social da comunicação e, compõe-se dos seguintes elementos:

- Comunicador ou emissor — o transmissor de informação ou agente do conhecimento pode ser tanto o professor como também as máquinas que ensinam. Deve estar bastante motivado e é necessário que conheça plenamente a mensagem que será transmitida;
- Mensagem — o conteúdo educativo são os conhecimentos e as informações transmitidas aos alunos, precisando estar de acordo com o nível de compreensão destes. Tem que ser clara e precisa, não podendo conter ambiguidades;
- Receptor da mensagem — o aluno, que deve ser ativo e crítico em relação aos conteúdos que lhe estão transmitindo;
- Meio ambiente — o meio escolar, familiar e social, em que se processa a aprendizagem. Precisa ser incentivador e propício ao desenvolvimento do processo educativo (GONÇALVES, 2005, p. 11).

Os quatro elementos são uma junção para que realmente a aprendizagem ocorra. Assim, o comunicador ou emissor pode ser tanto o professor como a máquina, por exemplo, quando há aula virtual. A mensagem é que se transmite ao aluno. O receptor de mensagem é o educando. E o meio ambiente é o local onde acontece a aprendizagem, podendo ser na escola, no lar.

Esses quatro elementos são a base para a aprendizagem. Caso ocorra alguma falha em qualquer um deles, a comunicação não se estabelecerá de modo eficaz, e esse obstáculo poderá causar problemas ao processo de aprendizagem, e conseqüentemente poderá resultar em dificuldade de aprendizagem.

A aprendizagem que o indivíduo vai adquirindo, ou seja, cada fase soma-se com o que a criança já adquiriu no sentido de conhecimento, de experiências e de vivências, produzindo sua bagagem cultural.

Gonçalves (2005, p. 12) explica que,

este processo de acumulação de conhecimento não é estático. Em cada nova aprendizagem a criança reorganiza suas ideias, estabelecendo relações entre as anteriores e as novas, colocando seus sentimentos nesse julgamento (“Isto é certo”, “aquilo é errado”, etc...). Trata-se, portanto, de um processo integrativo, dinâmico.

O ideal é que os adultos, como pai, mãe, professores tenham bom senso ao estimularem a criança no seu processo de aprendizagem da linguagem, da escrita, da audição. Esse tipo de contato faz com que a criança aprenda e progrida em suas capacidades.

Desta forma, de acordo com Drouet (2000, p. 10), “à medida que a criança vai adquirindo mais competência, deve-se diminuir a ajuda e aumentar as exigências, para avançar, desde uma prática muito orientada, até a uma ajuda mais indireta para ela conseguir uma prática autônoma”.

Vê-se que uma relação positiva, com afeto e com emoções boas, construída entre as pessoas adultas e as crianças, é um dos elementos indispensáveis e estimuladores das capacidades das crianças para a obtenção de novas aprendizagens. E são situações globais que permitem na prática aprender estratégias diferentes para incrementar a aprendizagem e progredir no caminho para chegar a tornar-se um adulto com capacidade, autocrítico e acima de tudo determinado.

2.2 A Aprendizagem na concepção Construtivista (Piaget), na Teoria de Vygotsky e na Teoria de Wallon.

Na concepção construtivista, aprender significa elaborar, organizar e estruturar conhecimentos. Assim, para que a aprendizagem se efetive, é necessário que novos conhecimentos estejam relacionados com os já conhecidos, isto é, que sejam significativos para a pessoa.

O permanente confronto entre o velho, algo já aprendido e o novo, que ainda está sendo aprendido, produz articulações que estruturam outros conhecimentos, que, por sua vez, produzem lacunas que irão construir novos pontos de articulação. Isto quer dizer que a busca se dá contínua e sem interrupção.

Tal dinâmica modifica radicalmente as atribuições do aluno e do professor: o ato de aprender significa contínuo processo de organização e reorganização e, por isso, o ato de ensinar deve considerar que os conhecimentos e os valores estendam-se e aprofundem-se continuamente.

Na proposta construtivista, alunos e professores precisam compreender que ensino e aprendizagem constituem aspectos inseparáveis:

Ensino e aprendizagem constituem passos dialéticos inseparáveis, integrantes de um processo único em permanente movimento, porém não só pelo fato de que quando existe alguém que aprende tem que haver outro que ensina, como também em virtude do princípio segundo o qual não se pode ensinar corretamente enquanto não se aprende e durante a própria tarefa de ensino (BLEGER, 1993, p. 32).

Educadores e educandos aprendem quando constroem significados, e isto ocorrerá quando forem capazes de estabelecer relações que não seguem regras entre os coordenados que já conhecem e os que querem conhecer. Esta dinâmica traduz o caráter ativo da aprendizagem.

“Ativo porque, o aprendente elabora, organiza e estrutura conhecimentos e o conhecimento é abstraído das ações concretas e consiste em dissociar, variar e transformar os fatores envolvidos para chegar a novas construções” (BLEGER, 1993, p. 32).

A aprendizagem é concretizada quando o aprendente interage com o objeto que está conhecendo. Esta interação não se dá por mera observação ou por uma ação mecânica. A esse respeito, Fagali e Do Valle (1998, p. 16) comentam:

[...] o construtivismo enfatiza a construção do pensamento, valorizando na aprendizagem o ser ativo que usa as operações do pensamento e a criatividade no contato com as informações. O conhecimento é essa construção ativa do pensar e, não, a assimilação passiva da informação, a mera reprodução. A problematização é uma condição importante no aprendizado, gerando novas hipóteses, interpretações, buscando novas sínteses através do confronto. Numa concepção dialética, as sínteses são sempre consideradas provisórias e, portanto, abertas a novos confrontos.

Confronto e problematização são termos que apontam para a caracterização de uma pessoa que participa ativamente na construção da realidade, conforme destacado por Bassedas e colaboradores (1996, p. 32):

[...] do ponto de vista construtivista da evolução e da aprendizagem dos seres humanos, defende-se que o indivíduo participa ativamente na construção da

realidade que conhece e que cada modificação ou avanço que realiza no seu desenvolvimento pressupõe uma mudança na estrutura e organização dos seus conhecimentos. Segundo esse ponto de vista, quando uma pessoa enfrenta algumas situações específicas, a sua resposta, reação ou aprendizagem dependerá, obviamente, das características dessa situação, mas será determinada também, em grande parte, pelas suas características pessoais e pela organização dos seus conhecimentos.

A aprendizagem é o produto da relação aluno-professor-conteúdo em sua forma de um complementar o outro de forma gradual. Esse ponto de vista é extremamente correto, e para destacar aspectos que o enfatiza, selecionam-se três citações de Coll (1994, p. 56):

- O aluno, para aprender, precisa realizar um importante trabalho cognitivo de análise e revisão de seus conhecimentos, a fim de fazer com que os novos se tornem realmente significativos e lhe propiciem um nível mais elevado de competência;
- Acredita-se que a influência do professor com a sua intervenção pedagógica é o que faz da atividade do aluno uma atividade auto estruturante ou não, e tenha, com isto, um maior ou menor impacto sobre a aprendizagem escolar.
- Quando aprende, o aluno constrói significados, e isso ocorrerá quando ele for capaz de estabelecer relações substantivas e não-arbitrárias entre aquilo que aprende e o que já conhece.

Para aprender o aluno necessita da intervenção do professor, de forma que realize um bom trabalho cognitivo, mas o educando só assimila esse aprendizado quando ele for capaz de perpetuar relações substantivas. Um exemplo de relação substantiva ao aluno é uma boa relação com o professor em sala de aula que para isso deverá ter afetividade, o que terá um grande efeito no modo como o aluno adquire novos conhecimentos. De acordo com Piaget (1983, p. 45),

[...] a afetividade é uma sensação de extrema importância para a saúde mental de todos os seres humanos, por influenciar o desenvolvimento geral, o comportamento e o desenvolvimento cognitivo, tornando-se, assim, essencial a aprendizagem. A afetividade é um estado psicológico do ser humano que pode ou não ser modificado a partir das situações.

Portanto, a relação do professor com o aluno é algo primordial para a educação, pois a partir da forma do educador conduzir e trabalhar nas aulas que o educando se sentirá mais seguro ao que ele aprende.

Ainda segundo Coll (1994, p. 58), percebe-se que uma prática é construtivista e psicopedagógica quando:

- valoriza uma aprendizagem significativa e uma memorização compreensiva. A aprendizagem é significativa porque não é repetitiva com relação aos modos de conhecer o novo;
- além de considerar os conhecimentos prévios da criança, questiona-se e respeita-se o significado lógico e psicológico de aprendizagem para essa criança;
- valoriza os aspectos motivacionais e funcionais ao privilegiar a “intensa atividade do aluno”;
- diferencia os conteúdos e simultaneamente os integra em uma intenção pedagógica voltada para o crescimento humano.

Mas, deve-se ter em mente que cada criança tem seu jeito de aprender e suas dificuldades também. Cada criança tem o seu mundo interior e exterior, assim tem o seu tempo também, nenhuma criança é igual a outra em se tratando de aprendizagem.

Vygotsky segue a ideia de que o pensamento e a linguagem são fatos ligados entre si.

Em se tratando de aprendizagem Vygotsky (2005, p. 52), destaca-se que,

[...] a linguagem interna é um ponto de partida para que a criança aprenda com outros indivíduos, é o instrumento que ajuda na capacidade de compreender o mundo e na assimilação da cultura, e que a aprendizagem da criança é efetuada no ambiente em que a mesma vive.

A linguagem interna nada mais é que o processo de pensar sobre determinadas soluções para problemas antes de colocá-las em prática, por exemplo, um bebê se comunica socialmente por meio do choro, das gargalhadas, essa fase é denominada de pré-linguística.

De acordo com Vygotsky et al. (2001, p. 47),

[...] na fase pré-linguística que se inicia desde o nascimento, as crianças estão em constante interação com os adultos, que ativamente procuram incorporá-las à sua cultura. No começo as respostas que as crianças dão ao mundo são dominadas pelos processos naturais, especialmente aqueles proporcionados por sua herança biológica.

A fase pré-linguística dura até que o pensamento e a fala se associem pela primeira vez, que é aproximadamente aos dois anos de idade. Nesse momento a criança obtém um comportamento diferente do que possuía, ela dá início à percepção de cada objeto à sua volta e verifica que cada um tem um nome próprio, características diversificadas e apresenta de forma racional seus pensamentos. La Taille (1992, p. 27) comenta que, “a utilização da linguagem favorece, assim, processos de abstração e generalização”.

Nesse instante essencial, em que a fala inicia sua ajuda ao intelecto e aos pensamentos quando iniciam a verbalização, há duas transformações diferenciadas: “a curiosidade ativa e

repentina da criança pelas palavras, suas perguntas sobre cada coisa nova (“O que é isto?”); e a consequente ampliação de seu vocabulário, que ocorre de forma rápida e aos saltos” (VYGOTSKY, 2005, p. 53). Antes as crianças somente imitavam sons, agora estes possuem significados, além do que elas argumentam sobre novas palavras e começam a esclarecer o mundo a sua volta.

A linguagem adquirida pela criança trar-lhe-á comunicação com quem quer que seja, sendo que a união do pensamento verbal com a linguagem racional ocorre pela necessidade do ser humano de se comunicar com um determinado grupo social, que facilitará a aprendizagem cada vez mais (VYGOTSKY, 2005).

A aprendizagem caracteriza-se pelo contínuo diálogo entre o exterior, aquilo que é vivenciado dentro do grupo social, e interior, aquilo que já foi assimilado; do indivíduo, sendo que para constituir ações mentais deve-se ter inicialmente trocas com o mundo externo, em que da interiorização origina-se a capacidade das atividades abstratas, que por sinal permite elevar finalmente a ações externas.

Vygotsky (2003) retrata que as funções do desenvolvimento cultural da criança se manifestam por duas vezes: “primeiro, no nível social, e, depois, no nível individual; primeiro, entre pessoas, e, depois, no interior da criança” (VYGOTSKY, 2003, p. 75).

A criança dentro de seu processo social, processo interpessoal, pelo que a criança vivencia, deve ser vivido também individualmente, ou seja, processo intrapessoal.

Assim, segundo Vygotsky (2003, p. 75),

a transformação de um processo interpessoal num processo intrapessoal é o resultado de uma longa série de eventos ocorridos ao longo do desenvolvimento. O processo, sendo transformado, continua a existir e a mudar como uma forma externa de atividade por um longo período de tempo, antes de internalizar-se definitivamente.

A partir do momento que para a criança surge a linguagem há um intercâmbio social, que torna possível a comunicação entre as pessoas e traz a mediação entre a pessoa e o objeto.

Portanto, o desenvolvimento intelectual está sujeito aos fatores sociais e às experiências culturais que a criança interage com os adultos. Esse processo nada mais é que uma troca de experiências, ou seja, a criança, segundo Vygotsky (2003), aprende por troca de experiências, principalmente com os mais velhos, como um irmão mais velho, com os pais, com a professora; indivíduos estes que estão presentes no ambiente em que ela vive ou frequenta.

Vygotsky (2003, p. 81) destaca que,

[...] ao passo que a criança aprende, ela avança numa proporção duas vezes maior do que se desenvolve: ele considera que o aprendizado não vai do individual para o social e sim do social para o individual. Nesse sentido, dá enfoque às relações, priorizando o aprender por intermédio do outro.

A capacidade da criança deve ser respeitada e considerada durante o processo de ensino-aprendizagem, é que a partir da proximidade dela com um indivíduo mais conhecedor, a capacidade do aprendiz é convertida em condições que aceleram os esquemas processuais cognitivos ou comportamentais.

Vygotsky (2003) relata a aprendizagem da criança na fase pré-escolar e fase escolar como:

O aprendizado tal como acontece, ocorre na idade pré-escolar e difere nitidamente do aprendizado escolar, o qual está voltado para a assimilação de fundamentos do conhecimento científico. No entanto, já no período de suas primeiras perguntas, quando a criança assimila os nomes dos objetos em seu ambiente, ela está aprendendo. De fato, por acaso é de se duvidar que a criança aprende a falar com os adultos; ou que, através da formulação de perguntas e respostas, a criança adquire várias informações; ou que, através da imitação dos adultos e através da instrução recebida de como agir, a criança desenvolve um repositório completo de habilidades? De fato, aprendizado e desenvolvimento estão inter-relacionados desde o primeiro dia de vida da criança. (VYGOTSKY, 2003 p. 110).

Baseando-se na Teoria de Vygotsky, a capacidade de aprender de uma criança é resultante das diferenças qualitativas presentes no seu ambiente social, ou seja, depende do modo como ela se relaciona com os indivíduos em seus ambientes. Por exemplo, na escola a relação do professor com o aluno deve ser uma relação de cooperação, de crescimento, de respeito e de afetividade. Assim, o professor é essencial no processo da aprendizagem, até porque ele é mais experiente; cabendo a ele considerar o que o aluno traz, sua bagagem cultural, pois é algo muito importante para a construção da aprendizagem. Ele é o mediador da aprendizagem, é ele que por meio da emoção boa que conduzirá o aluno a apropriar-se, a dominar o que o mesmo vai aprender.

É necessário que o educador conheça o nível de desenvolvimento da criança, a fim de planejar o ensino para que ela tenha avanços nas etapas intelectuais.

Vygotsky et al. (2001) enfatiza também que a escola é importantíssima no desenvolvimento da criança e o professor é o intermediário da aprendizagem, o responsável pela ação na zona de desenvolvimento proximal dos alunos, que se trata da realização de tarefas com a ajuda de um mediador.

Antunes (2010, p. 22) relata que,

[...] uma aula não pode ser considerada uma exposição de conteúdos ocorridos na sala de uma determinada escola, a aula é situação de aprendizagem, desenvolvida em espaços diferentes e na qual se fazem presentes um ou mais professores que, dominando fundamentos epistemológicos, ajudam seus alunos a aprender.

A sala de aula é um ambiente de convívio diário, e o educador, um profissional das relações, com um nítido propósito, que é a aprendizagem do educando, mas que como revela Paulo Freire (1994, p. 29): “ser professor deve ser além de ensinar, é saber viver, conviver, respeitar o próximo e aprender com suas experiências”. É ter compromisso com ele mesmo. É na bondade, compaixão, poder transmitir os seus conhecimentos, e assim trazer afetividade para dentro da sala de aula.

Do ponto de vista de Vygotsky (2005) é de fora para dentro, por meio da internalização, que o conhecimento se dá em de um contexto, reconhecendo serem as influências sociais mais essenciais que o contexto biológico.

Na concepção de Wallon (1995), a inteligência não é o elemento mais essencial importante do desenvolvimento humano, entretanto depende de três aspectos, que são o motor, o afetivo e o cognitivo. Dessa forma, a importância biológica e social são inseparáveis, pelo fato de se complementarem vice-versa. A evolução de uma criança não se sujeita apenas a capacidade intelectual segura pelo caráter biológico, como também do meio ambiente que também condiciona a evolução, consentindo ou não que determinadas competências sejam desenvolvidas. Nesse meio todo, a afetividade aparece e possui grandioso valor na educação.

As relações e laços produzidos pela afetividade não são apoiados apenas em sentimentos, também em atos significativos. Isso quer dizer que em um relacionamento, há inúmeros atos que necessitam ser cultivados, para que o relacionamento desenvolva.

A afetividade é um estado psicológico da pessoa podendo ou não ser modificada como consequência de circunstâncias. Está profundamente associada à emoção, ao afeto e consegue estabelecer a maneira com que as pessoas imaginam o mundo e também o modo com que se expressam dentro dele. Todos os episódios e ocorrências que aconteceram na vida de um indivíduo trazem lembranças e experiências por toda a sua trajetória. Assim, a existência ou não do afeto estabelece o modo com que um indivíduo se desenvolverá. Também estabelece a autoestima das pessoas desde a infância, uma vez que uma criança obtém afeto dos outros é capaz de crescer e desenvolver com autoconfiança e determinação (WALLO, 1995).

No entanto Wallon (1995, p. 98) sustenta que o processo de evolução necessita tanto da capacidade biológica do sujeito quanto do ambiente, que o atinge de alguma forma. “Ele nasce com um equipamento orgânico, que lhe dá determinado recurso, mas é o meio que vai

permitir que essas potencialidades se desenvolvam”. O mesmo quis dizer que uma criança com um aparelho fonador em impecável estado, por exemplo, só vai desenvolver a fala se estiver em um meio que motive isso, com falantes que possam ser imitados e outros meios e ferramentas de ensino aprendizagem.

Para o autor Wallon (1995, p. 210),

[...] o afeto é essencial para todo o funcionamento do nosso corpo nos dando coragem, motivação, interesse, e contribuindo para nosso desenvolvimento.

E é por meio das sensações que o afeto possibilita ao indivíduo quando algo é verdadeiro ou não. Especialmente para a criança o afeto é primordial, pois ela necessita sentir-se confiante com autoestima para poder expandir seu aprendizado, e é fundamental que o professor tenha compreensão de como suas atitudes são grandemente expressivas nesse processo, pelo fato de que a relação aluno-professor é mediada de afeto, e as emoções são condições da inteligência do indivíduo, até porque a criança vê no professor um modelo, uma cópia para realizar suas atitudes e conduzir seus valores.

3 A INFLUÊNCIA DO MEIO FAMILIAR E EDUCACIONAL NA APRENDIZAGEM

O princípio primordial da interpelação ambientalista é que o ambiente é preponderante quanto a ser o agente da composição das particularidades elementares do ser humano, principalmente quanto a sua capacidade intelectual. O modo mais extremo de ambientalismo foi apresentado, há séculos, por meio do filósofo John Locke (1632-1704). De acordo com o mesmo, a mente do neonato era uma *tabula rasa*¹, sendo que o contexto a ser descrito havia como agente o meio ambiente, ou seja, as circunstâncias e conhecimentos de vida do ser humano. Um dos apreciadores mais significativos dessa postura foi o psicólogo John B. Watson (1878-1958), autor do behaviorismo nos Estados Unidos; em suas inúmeras obras enfatizava numa explanação "cultural" ou "ambiental" do desenvolvimento do comportamento humano, considerando como princípio primordial o fato de que os seres humanos são incessantemente maleáveis, quase plenamente a mercê de seu ambiente (PINHEIRO, 1994).

Do ponto de vista do psicólogo Burrhus F. Skinner (1904-1990), que divulgou a concepção de condicionamento operante², a atitude estaria submetida à sistematização de fatores ambientais, como relata: "O hábito de buscar dentro do organismo uma explicação do comportamento tende a obscurecer as variáveis que estão ao alcance de uma análise científica. Estas variáveis estão fora do organismo, em seu ambiente imediato e em sua história ambiental" (SKINNER, 1970, p.26).

Essa interpretação voltada para o ambiente produziu um entusiasmo que alcançou em grandiosos projetos sociais e nas notáveis expectativas dos anos 60, quando o alerta governamental focou nos direitos inferiores e daqueles socialmente não favorecidos.

Outros projetos chegaram e por meio deles, como retratou Robert A. Wallace: "estamos realmente mudando nossa sociedade com nossas atuais tentativas de moldagem cultural"? (WALLACE, 1985, p.12).

Nativismo atribui-se à herança biológica de um indivíduo, recebida de seus pais. A consolidação da existência de ideias inatas originou-se por meio de René Descartes (1596-1650) e estabeleceu-se na origem da discussão inato-adquirido.

¹Página, folha ou tela em branco.

²O procedimento do condicionamento operante é usado para estudar os efeitos da estimulação ambiental em nosso comportamento operante (este é fortalecido ou enfraquecido pelos eventos que seguem a resposta). O condicionamento depende do que acontece depois que comportamento termina (Fadiman e Frager, 1979, p.194)

Pinheiro (1994, p. 3) relata que,

[...] a posição nativista, no seu extremo, considera que as características básicas do homem (sua inteligência, personalidade, traços físicos etc.) já estão formadas, "prontas" ao nascimento, devido à sua herança biológica (seu dote nativo). Por este motivo, seus adeptos sempre justificaram a presença ou ausência da mesma em um ou em ambos os pais (e mesmo em outros consanguíneos, afastados ou não).

Dessa maneira, diante do declarado acima, sempre se diz que Maria é inconsequente porque sua mãe também é; Paulo só poderia ser um ótimo jogador de basquete, pois seu pai também é; Fernando é marginal porque "está no sangue", dentre outros exemplos. Até por esses fatos a sociedade diz: "filho de peixe, peixinho é".

Esse posicionamento nativista acarretou a convicção de que o comportamento humano, ou boa parte dele, é inato, em se tratando de que o ser humano nasce com certas disposições e predisposições, que não podem ser modificadas por aprendizagem.

Novamente Pinheiro (1994, p. 3) explica que há dois erros cruciais nesse posicionamento:

O que passa através das células sexuais não são caracteres, traços ou características (físicas ou comportamentais), mas sim uma informação genética ou genes, para simplificar. Não há genes que tornem alguém um músico ou um cientista. Os genes criam as bases para os traços culturais, mas não forçam o desenvolvimento de nenhum traço em particular. Caracteres adquiridos não são transmitidos por via biológica. O segundo erro está relacionado ao significado da palavra inato. Qualquer traço, caráter ou característica que o indivíduo apresenta ao nascer é, por definição, inato ou congênito, mas não necessariamente hereditário (genético), pois há traços causados por fatores ambientais. Como exemplo, podemos citar as alterações produzidas no feto em decorrência do abuso de álcool pela mãe durante a gestação (principalmente durante os 3 primeiros meses); as anomalias produzidas pela gestante no início da gravidez, tais como sífilis, toxoplasmose e rubéola; entre outros.

Como se pode verificar pela citação de Pinheiro (1994), o que vai através das células sexuais não é algo físico ou comportamental, mas genes. E, não há genes que fazem com que um indivíduo se torne um artista ou médico. Os genes são as bases para os traços culturais, portanto propriedades obtidas não são enviados por meio biológico.

Já o outro erro, está voltado ao termo inato. Qualquer característica ou algo como traço e caráter que o ser manifesta ao nascer é inato, contudo não absolutamente hereditário, pelo fato de que há traços produzidos por fatores ambientais, como por exemplo, o feto sofre alterações devido à toxoplasmose que a mãe teve logo no início da gestação.

O debate voltado ao inato motivou outro: a do instinto.

De acordo com Nogueira Neto (1984, p. 13) “de um modo geral, mas vago e impreciso, entendia-se por instinto a parte do comportamento considerada inata.”

Para diversos autores, entre eles Frota-Pessoa (1987), o ato instintivo é inato, pois o indivíduo é apto para realizá-lo com competência desde a primeira vez, ainda que não tenha observado o ato ser efetuado por outro; ele é também inconsciente, visto que não há um ensaio mental antecipado ou uma preparação consciente que auxilie a ação para o propósito útil. Dessa forma, “alguns atos instintivos, bem típicos e automáticos, ou seja, feitos sempre da mesma maneira, ainda que sejam fundamentais mudanças para se conseguir o propósito útil, pertencem ao repertório do bebê, como ele chora, mesmo sem ter visto ninguém praticar esse ato” (FROTA-PESSOA, 1987, p. 47).

Por outros termos, o comportamento instintivo é essencialmente genético, ou seja, necessita mais dos genes que o ser humano herda, do que das experimentações por que passa. Contudo, como enfatizou Frota-Pessoa (1987), não quer dizer que muitos instintos não possam otimizar ou mesmo desviar perante situações inéditas do ambiente.

O comportamento aprendido, de outra forma, provem do contato do ser humano com o meio, este contato produz experiências que se registram na memória e auxiliam para o melhoramento das condutas decorrentes. Percebe-se que, por originar de um convívio do ser humano com o meio, sua consumação é proporcionada pela constituição genética do mesmo.

“Entre atos instintivos típicos e atos aprendidos típicos, existem todas as transições, conforme a influência relativa que têm, em cada caso, os genes e os fatores do meio sobre as variantes dos desempenhos” (FROTA-PESSOA, 1987, p.48). Portanto, a diferenciação entre comportamento aprendido e instintivo é amiúde complexo e para muitos autores (Gould e Marler, 1987), nem deve ser realizada. “Daí admitir-se que qualquer comportamento resulta de interações complexas entre predisposições genéticas e influências ambientais” (PINHEIRO, 1994, p. 4).

Diante do que foi exposto até o presente momento há três amplos conjuntos de fatores que influenciam o nível de aprendizagem da criança, como condições dela, do ambiente familiar e escolar. Essas condições podem-se apresentar como fatores facilitadores ou como fatores adversos para a aprendizagem, mas não como fatores determinantes.

Antes de se falar sobre a influência do meio na aprendizagem, que são as condições do ambiente escolar e familiar, têm-se as condições voltadas à própria criança, de como ela está física e emocionalmente diante desses meios mais importantes de sua vivência e experiências.

3.1 Condições da criança

Para que a criança tenha boas condições de aprendizagem escolar, e possa aprender de uma forma harmônica e sem problemas é necessário que possua alguns recursos físicos, psicológicos, linguísticos e sociais. Caso contrário, poderá defrontar-se com condições desfavoráveis para sua escolarização. Para a avaliação das condições da criança, muitas vezes o pedagogo necessita de ajuda de outros profissionais de uma equipe de apoio como psicopedagogo, pediatra, neuropediatra, fonoaudióloga, psicólogo e outros.

Em se tratando das condições físicas da criança, a saúde é um aspecto essencial para sua aprendizagem. As doenças podem constituir condições adversas para a aprendizagem: desde doenças graves até problemas de visão e da audição, bronquites e rinites recorrentes, febres reumáticas e outras. As consequências seriam dificuldades de percepção e memória, falta às aulas, indisposição para realização de atividades em sala de aula, que acabam prejudicando seu rendimento escolar.

A criança para aprender tem de receber alimentação adequada. A desnutrição crônica na primeira infância é de menor importância pelo fato de que a maioria das crianças com desnutrição crônica morre durante os primeiros anos de vida e para as que sobrevivem, as funções afetadas já não estão mais presentes com sete anos. O mais importante é a alimentação pouco nutritiva na fase escolar, ou seja, a criança que vai para a escola com fome. Assim, podem apresentar diminuição na atenção, falta de motivação para aprender, energia insuficiente para as atividades escolares (WEISS, 2002).

A criança para ler, escrever e raciocinar; necessita de um desenvolvimento neurológico adequado para sua idade cronológica. Algumas vivenciam transtornos no desenvolvimento psiconeurológico como imaturidade, lesões, convulsões e outros mais graves, que conseqüentemente dificultam a aquisição de habilidades básicas, como memória, linguagem e pensamento para a aprendizagem escolar.

Além das condições boas de saúde, nutrição e neurológica, a criança necessita também possuir boas condições psicomotoras.

O desenvolvimento das habilidades psicomotoras dá suporte para que a criança tenha uma aprendizagem escolar satisfatória. A dificuldade na motricidade ampla e/ou motricidade fina prejudica a criança não só nos movimentos para a escrita, mas também, para a aquisição de conceitos como: lateralidade, esquema corporal e estrutura espaço-temporal, necessários para a leitura e escrita.

De acordo com Scoz (2006, p. 25), “as crianças com prejuízos psicomotores podem apresentar uma inibição para a escrita, que muitas vezes se agrava por exigências rígidas ou inadequadas no contexto escolar”.

É diante da sondagem do ambiente, por meio de movimentos comuns, que a criança começa seu processo de aprendizagem, convivendo com circunstâncias, pessoas e instrumentos.

Não se pode, por isso, desagregar a questão motora do desenvolvimento das demais questões. Uma criança que não tenha desenvolvido de modo certo sua lateralidade, possuirá severas adversidades de descrição do domínio homolateral de determinado hemisfério cerebral, o que poderá levar a distúrbios na escrita e na leitura, durante as fases de alfabetização (LINCZUK, 2002).

Quando a criança também não desenvolve o ritmo, coordenação motora, equilíbrio, noção espacial, esquema corporal, dentre outras questões, que normalmente são desenvolvidas no período da Educação Infantil e também nas séries iniciais do Ensino Fundamental I, pode ter muitos agravos na sua vida futura, transpassando o âmbito educacional, penetrando até no terreno laboral.

Campão e Cecconello (2008, p. 1) explicam que,

[...] para que as habilidades motoras sejam desenvolvidas é necessário que se dê à criança oportunidades de desempenhá-las. O movimentar-se é de grande importância biológica, psicológica, social e cultural, pois é através da execução dos movimentos que as pessoas interagem com o meio ambiente, relacionando-se com os outros, apreendendo sobre si, seus limites, capacidades e solucionando problemas.

Ainda que a criança, quando bebê, empregue indiferentemente os dois lados do corpo e as duas metades, é por meio da maturação do organismo que ela ajusta sua predileção por um dos lados. Por intervenção do ambiente social, essa mesma criança pode ser motivada a empregar mais um dos lados e realizar ações próprias do meio de sua cultura. É ao longo de seu crescimento e obtenção de experiências no interior do ambiente social que se caracteriza o predomínio da lateralidade nas crianças, de modo espontâneo.

Contudo, a partir do momento que a lateralidade não está totalmente esclarecida, é normal acontecerem adversidades na orientação espacial, problema na distinção e na discriminação entre seu lado atuante e o outro lado e incapacidade de continuar a direção gráfica, ou seja, começar a leitura pela esquerda (GANDARA, 2002).

A ordenação ou disposição espacial, de acordo com Gandara (2002), é a “conscientização da criança diante da posição de seu próprio corpo em um estabelecido meio ambiente, proporcionando-lhe se inteirar do lugar e da instrução no ambiente que pode ter em conexão às pessoas e às coisas”.

Já para Tani (2006), ordenação ou disposição temporal é a possibilidade de situar-se em detrimento do desenrolar de situações, da extensão dos períodos, das interações periódicas de algumas etapas e da natureza irreversível do tempo.

Gandara (2002) enfatiza que o intelecto é concebido e se desenvolve por meio da atividade física. O autor explica mais detalhadamente:

As funções motoras (o movimento) não podem ser separadas do desenvolvimento intelectual (a memória, a atenção e o raciocínio) nem da afetividade (as emoções e sentimentos). Para que o ato de ler e escrever se processe adequadamente, é indispensável o domínio de habilidades a ele relacionado, considerando que essas habilidades são fundamentais manifestações psicomotoras (GANDARA, 2002, p. 46).

O desenvolvimento psicomotor configura-se pela maturação que constitui o movimento, o ritmo, a construção espacial, a averiguação dos itens, dos posicionamentos, a visão do nosso corpo e a palavra. Portanto, é essencial instigar o desenvolvimento psicomotor para que o educando compreenda seus movimentos corporais e assim expressar suas emoções e suas apreciações.

Novamente Gandara (2002, p. 48) explica que, “o desenvolvimento psicomotor é de suma importância na prevenção de problemas da aprendizagem e na reeducação do tônus, da postura, da direcionalidade, da lateralidade e do ritmo”.

A educação do educando deve demonstrar a relação por meio do movimento de seu próprio corpo, considerando primeiramente sua idade, a cultura corporal e as suas ambições.

Essa interpelação representa o envolvimento da educação psicomotora, que para ser praticada, precisa que sejam usadas as funções, cognitivas, afetivas, sociomotoras perceptivas e motoras

“A denominada educação psicomotora, é a educação da criança por meio de seu próprio corpo e de seu movimento. A criança é observada em sua integralidade e nas capacidades que evidencia em se tratando do seu meio-ambiente. A educação psicomotora engloba a criança em sua integralidade, visto que, por meio dela a criança examina o ambiente, vivencia experiências concretas, muito importantes ao seu desenvolvimento

intelectual, e é competente para se conscientizar de si própria e do mundo, no qual ela vive” (GANDARA, 2002).

Viu-se, sobre as condições físicas, abaixo serão comentadas sobre as condições psicológicas da criança.

A aprendizagem escolar da criança requer um desenvolvimento cognitivo que permita a ela a aquisição de estratégias de pensamento que atenda às demandas da situação escolar de aprendizagem. Algumas crianças podem apresentar um nível de desenvolvimento cognitivo abaixo de sua idade cronológica ou da exigência das tarefas para a série que está cursando. As consequências serão o aparecimento de dificuldades para os conceitos de conservação, classificação e seriação, dificuldade para operar com reversibilidade do pensamento e raciocínio lógico, que acabam prejudicando a aquisição da leitura e da escrita (WEISS, 2002).

Outro fator dentro das condições psicológicas é o emocional. Para aprender, a criança necessita de capacidades afetivas necessárias para criar vínculos positivos com a aprendizagem, como também sentir-se competente para aprender. Diversos problemas emocionais podem levar a criança a ter problemas na aprendizagem. O mais comum é a baixa autoestima. Encontram-se problemas mais simples como imaturidade psicológica, ou falta de motivação para aprender, até problemas mais sérios como: transtornos de déficit de atenção (TDAH), sinais de depressão, altos níveis de ansiedade e quadros de psicose infantis.

Mattos (2001, p. 27) explica que,

a crianças com TDAH parecem sonhar acordadas e muitas vezes são mais lentas na cópia e na execução dos deveres. Elas cometem muitos erros por desatenção: erram acentuação ou pontuação, entre outras coisas. E vivem apagando ou rasurando o que escrevem. Além disso, não prestam atenção a detalhes, o que pode atrapalhar bastante seu desempenho nas provas.

As consequências de tais problemas são dificuldades para adaptação ao ambiente escolar; desmotivação para o aprender, dificuldades na atenção, concentração e aprendizagem de conteúdos.

Conhecendo as condições psicológicas, veja as condições de linguagem da criança.

O desenvolvimento da linguagem apresenta uma relação direta com a aprendizagem da leitura e da escrita na escola; é necessário, portanto, que a criança domine a linguagem falada para aprender a linguagem escrita (SCOZ, 2006).

Os problemas de linguagem que podem interferir na aprendizagem da criança estão em geral relacionados a três aspectos, como acentua Coelho (2001, p. 44):

- Déficit na comunicação. Dificuldade para a criança articular as palavras, para pronunciar certas palavras, troca de letras, dificuldade para organizar e verbalizar ideias e outros.
- Déficit na compreensão da linguagem falada. Dificuldade para processar de modo correto aquilo que ouve (organização interna do pensamento).
- Déficit de recepção e/ou expressão. Dificuldade para elaborar o que ouve e expressar da forma que ouviu (dificuldade de discriminação auditiva – não consegue perceber a diferença entre dois sons semelhante, mas não iguais).

Algumas das principais dificuldades que a criança pode apresentar na linguagem: mudez, atraso na linguagem, problemas na articulação, como dislalia, disartria, a linguagem tatibitate, rinolalia; problemas de fonação ou disfonia; distúrbios de ritmo, como a gagueira, afasia, agnosia, apraxia.

Durante a aprendizagem da escrita, a criança pode apresentar alguns problemas: disgrafia, discalculia, disortografia, disfasia e dislexia. Essa última tem sido a mais comum entre as crianças.

O termo dislexia, designa “dificuldades na leitura e na escrita em indivíduos sem outros problemas de aprendizado e sem déficit sensorial ou de adaptação” (VALLET, 2005, p. 45).

Existem algumas premissas para se diferenciar a dislexia específica das demais causas da dificuldade na leitura e escrita. São elas: “dificuldade para ler persistente até a idade adulta; erros na leitura e na escrita de natureza peculiar e específica; incidência familiar e dificuldade associada à interpretação de outros símbolos”(DEGANI, 2005, p. 33).

A família dessa criança, por sua vez, sente-se confusa e decepcionada por não compreender como esse problema poderia existir se a criança é intelectualmente normal.

E por último as habilidades sociais frente à aprendizagem escolar.

Para aprender na escola, uma criança necessita de habilidades sociais que permitam a ela uma adaptação adequada às normas e às regras escolares. Há evidências de que crianças que apresentam um déficit em seu comportamento social têm maior possibilidade de manifestar também outros problemas, tais como dificuldades de aprendizagem (ARON; MILICIC, 2004).

Distinguem-se dois grupos de crianças com dificuldades quanto às suas habilidades sociais:

- Crianças inibidas, tímidas ou isoladas. Pouca expressão afetiva, pouca interação, conformistas, sentimentos de auto depreciação e de inadequação.
- Crianças impulsivas, agressivas ou antissociais. Pouco cooperativas, desobedientes, agressivas e destrutivas, tendem a violar os direitos alheios, usam estratégias deficientes de autocontrole (OLIVEIRA, 1998, p. 64).

As crianças com falta de habilidades sociais necessitam de uma avaliação mais ampliada; geralmente essas dificuldades estão associadas a problemas no contexto familiar e, para muitas delas, aparece a necessidade de orientações específicas à família. No caso de crianças inibidas, os professores podem utilizar técnicas nas quais predominam a expressão verbal durante a aula.

3.2 Condições do ambiente familiar

Essas condições para o desenvolvimento da criança é um fato indiscutível, muito estudado pela literatura especializada quanto a educação. A atmosfera que rodeia a criança é uma variável importante para sua aprendizagem escolar.

Uma criança que apresenta baixo rendimento escolar pode apresentar algum problema de aprendizagem ou pode apresentar reações a um sistema familiar disfuncional, que não permite à criança condições suficientes para um bom desempenho escolar.

Embora se saiba que a escola tem um papel importante no desenvolvimento de habilidades cognitivas, reconhece-se que a criança exposta a ambientes familiares com certas características vai desenvolver capacidades para melhor rendimento escolar (MARTURANO, 2005).

Observe algumas características do ambiente familiar que podem facilitar a aprendizagem da criança na escola de acordo com Marujo (2003) e Silva (2003):

1. Estimulação cognitiva - Disponibilidade de jogos e materiais educacionais variados e adequados ao nível de desenvolvimento da criança; diversidade e adequação de elementos provocadores de pensamento e raciocínio; presença de livros de consulta ou outros materiais de leitura; espaços próprios, nos quais a criança possa estudar, fazer a lição de casa; pais que apoiam e encorajam as tarefas escolares de seus filhos (MARUJO, 2003).

Apenas a presença, no lar, de recursos compatíveis com o que se ensina na escola não é suficiente para promover o progresso escolar do filho; é necessário que os pais sejam mediadores, ajudando-o a usá-los.

Crianças provenientes de contextos familiares que não valorizam a aprendizagem tendem, na maioria das vezes, a não investir energia suficiente para aprender quando entram na escola. Como explica Silva (2003, p. 45): “o envolvimento de pais e mães na educação

escolar dos filhos é um direito, tanto como uma responsabilidade e um valor”. Além do que motiva a criança a aprender.

2. Interação entre pais e filhos e uso da linguagem no lar - Compartilhar atividades lúdicas e conversações com os filhos promove o desenvolvimento linguístico e cognitivo e contribui indiretamente para o aprendizado escolar; estimular atividades como contar histórias e casos para os filhos, ter disposição para responder e formular perguntas, utilizar palavras que ele conhece ou está prestes a conhecer; interações com reciprocidades, com variedade e significado do conteúdo nos diálogos, e papel ativo dos pais (MARUJO, 2003).

Crianças com interações negativas com seus pais, que não são estimuladas a participar das conversações no lar, podem não alcançar o desenvolvimento linguístico exigido no ambiente escolar.

3. Clima emocional e práticas educativas apropriadas - A criança obtém melhor desempenho na escola quando os adultos em casa estão mais unidos, cooperativos e cordiais. Práticas educativas que incluem: encorajamento à maturidade; suporte à autonomia; estruturação de regras e rotinas (MARUJO, 2003).

Com base em Marturano (2005) aponta-se algumas condições adversas à aprendizagem escolar: Crianças que não são valorizadas por seus pais; que não recebem atribuição de responsabilidades quanto à: autocuidado, cuidado com seus pertences, cooperação regular em pequenas tarefas; pais que não estimulam independência e autonomia, que não encorajam para resolução de problemas, que não estão disponíveis para prestar apoio e assistência quando o filho necessita; ausência de organização, de normas e padrões de comportamento na família impede o aluno de organizar seu próprio espaço de trabalho ou mesmo seus pensamentos. A criança poderá sofrer um esvaziamento da utilização dos seus processos mentais, ao perceber sua impotência para modificar ou esperar modificações em seu ambiente, geralmente se afastam da aprendizagem escolar e para finalizar, pais com disponibilidade para interação afetiva, com temperamento dócil que tornam a convivência agradável, que oferecem suporte ao filho são os que mais beneficiam sua aprendizagem escolar.

Já a indiferença dos pais gera carências afetivas, geralmente, a criança se torna apática e apresenta problemas na linguagem oral e escrita. De acordo com Marujo (2003, p. 56),

[...] os filhos de pais extremamente ausentes vivenciam sentimentos de desvalorização e carência afetiva, que os impossibilitam de obter recursos internos para lidar com situações adversas, gerando desconfiança,

insegurança, improdutividade e desinteresse e, conseqüentemente dificuldades escolares.

Já, relações interpessoais satisfatórias entre os pais contribuem para o desempenho escolar do filho. Entretanto, a agressividade dos pais, maus-tratos, instabilidade emocional e profissional, conflitos conjugais acentuados, alcoolismo dificultam a aquisição de identidade psicológica estável e satisfatória. A criança não consegue desenvolver sentimentos positivos de autoestima e auto eficácia, o que acaba prejudicando seu rendimento na escola.

“As expectativas e atribuições dos pais a respeito do sucesso do filho na escola podem afetar o rendimento de modo indireto, por intermédio de sua influência sobre o autoconceito da criança” (MARTURANO, 2005, p. 67). Em se tratando das crenças e expectativas dos pais sobre a capacidade do filho podem , quando desfavoráveis, diminuir a motivação para aprender, o que terá um efeito negativo sobre o seu desempenho escolar.

Uma família estruturada, mesmo que não seja a tradicional, oferece suporte para que a criança crie vínculos positivos com a aprendizagem. As crianças que sofrem perdas, afastamento, ausências de familiares, como separação dos pais, morte de algum dos pais, estrutura familiar não definida poderão vir a não aprender na escola com tanta facilidade, ao ser invadidas por sentimentos de perda, dificuldades para criar outros vínculos.

A presença de jogos e brinquedos potencializa as habilidades cognitivas e a aprendizagem de conteúdos relevantes na escola. Esses recursos são essenciais desde as primeiras aprendizagens. Os incentivos da família, para os primeiros contatos com a aprendizagem escolar, precisam iniciar-se antes de a criança entrar no ensino formal.

No que se refere ao uso da linguagem, tem sido indicado o processo de descontextualização. Os pais que propiciam maior desenvolvimento de atividades representacionais em seus filhos são aqueles que usam estratégias de distanciamento na conversação, ou seja, colocam uma exigência cognitiva para que a criança mentalmente se afaste do que está acontecendo no presente (MARUJO, 2003).

A criança é, portanto, estimulada a reconstruir acontecimentos passados, antecipar o futuro ou assumir várias perspectivas em relação ao presente, a empregar imaginação quando age sobre os objetos, pessoas e eventos a efetuar e buscar alternativas na solução de problemas.

Pais afetuosos, controladores, sem ser restritivos demais, que costumam utilizar explicações para justificar as regras, que governam a vida cotidiana da família e animam a criança a ser independente contribuem para melhor desempenho escolar e ajustamento na sala de aula. Nem sempre é possível modificar, em curto prazo, certas referências do mundo

exterior e, especialmente, as atitudes e os métodos familiares. Cabe à escola, uma rotina no trabalho que auxilie os alunos a perceberem os limites que os circundam (MARUJO, 2003).

A relação que a criança tem com os pais também pode influenciar seu vínculo afetivo com o professor. Quando o professor possibilita a criação de um vínculo positivo com o aluno, podem ocorrer melhoras em sua autoestima e maior interesse pela aprendizagem.

A relação família/criança quando bem estruturada traz grandes vantagens ao desenvolvimento cognitivo, afetivo e educacional da criança, e conseqüentemente influencia de forma positiva no processo da aprendizagem. “Quando a criança recebe carinho, os níveis de serotonina sobem, reforçando as conexões sinápticas. Quando a criança é exposta a situações negativas, aumenta o cortisol, o hormônio do estresse, diminuindo a formação de sinapses do cérebro” (CAMPOS JUNIOR, 2014, p. 3).

Já, as crianças que vivenciam conflitos conjugais e agressividade entre os pais podem apresentar dificuldades para se comunicar e expor suas vivências internas, além de ter comportamentos agressivos na escola com relação a colegas e professor, pois é o único modelo que elas têm para lidar com as diversas situações de suas vidas.

Segundo o Ministério da Saúde (2002) violência doméstica contra crianças e adolescentes podem ser classificadas em seis tipos: negligência, abandono, psicológica, física, sexual ocorrida no convívio familiar e violência doméstica fatal.

Qualquer um destes tipos de violência doméstica gera no psíquico de uma criança ou adolescente um enorme comprometimento de formação e integridade, de angústia e medo, opressão, além disso, ficando “introjetado na criança que o poder é do mais forte e que a violência é algo permitido e aceitável para educar ou expressar a raiva” (AZEVEDO e GUERRA, 2006, p. 45). Todo esse comprometimento se voltará contra um bom desenvolvimento global que o prejudicará na escola, podendo acarretar indisciplina com ações violentas; déficit de atenção, hiperatividade, falta de vontade de aprender, ser uma criança acuada e um adolescente problemático, sem nenhum interesse, ou até se voltar para os vícios como o álcool e as drogas, ou mesmo a prostituição e crimes.

Zagury (2003, p. 48) também explica que a criança que sofre qualquer tipo de violência age do seguinte modo:

Descontrole emocional, histeria, ataques de raiva; dificuldade crescente de aceitação de limites; distúrbios de conduta, desrespeito aos colegas e autoridades, incapacidade de concentração, dificuldade para concluir tarefas, excitabilidade, baixo rendimento; agressões físicas se contrariado, descontrole, problemas de conduta, problemas psiquiátricos nos casos em que há predisposição.

O resultado de tudo isso na escola, será a repetência ou evasão, ou seja, o fracasso escolar. É que os efeitos negativos tanto os que a criança ou o adolescente passam frente à violência doméstica “podem ser observados no funcionamento cognitivo e emocional e na vida escolar e social” (PEREIRA e WILLIAMS, 2008, p. 142).

O desenvolvimento intelectual depende dos fatores sociais e das experiências culturais que a criança compartilha com os adultos.

As motivações que levam a criança a aprender é um conjunto de níveis de desenvolvimento humano, como o biológico, psicológico e social, sendo que com a violência doméstica, todos ficam comprometidos, desta forma poderá haver problemas ao processo de aprendizagem.

O aprendizado da criança vítima de violência doméstica é muito prejudicado, devido a uma junção de elementos, como baixa autoestima, falta de concentração, medo, insegurança, desorganização interna e espacial (VEIGA et al, 2013). E quanto mais grave for a violência sofrida em casa, um maior comprometimento se efetivará, até porque a dificuldade de aprender na criança é consequência de problemas emocionais vivenciados por ela no seu dia a dia.

Em muitos casos, crianças que vivenciam estruturas familiares insatisfatórias apresentam dificuldades de aprendizagem transitória, ou seja, assim que as situações se estabilizam a criança poderá voltar ao seu rendimento normal.

Segundo Figueiredo (2001, p. 43), “as crianças com condições familiares adversas necessitam de um professor que ofereça a oportunidade de vivenciar o prazer gerado pelo sentimento de competência pessoal e segurança para vencer desafios intelectuais”. Essas crianças necessitam de atividades que estejam diretamente relacionadas ao seu contexto social como forma de aumentar suas motivações para o aprender.

3.3 Condições do ambiente escolar

A experiência escolar contribui para diferentes trajetórias de desenvolvimento, segundo seu impacto nas experiências da criança.

No polo positivo, a escola pode prover a criança com recursos de proteção, por meio de instrumentação cognitiva que aumentará suas chances de desenvolver um repertório mais diversificado de estratégias adaptativas para enfrentar de maneira autônoma os desafios da

vida. No polo negativo, a experiência escolar poderá aumentar a vulnerabilidade para o risco de fracasso escolar (MARTURANO; FERREIRA, 2004).

Tanto como no ambiente escolar, na escola há características influenciadoras ou não quanto à aprendizagem. A importância da equipe escolar, principalmente, o papel do gestor faz-se numa escola bem organizada, bem estruturada, na qual os professores e outros membros que dela participam, com papéis definidos contribuem para a aprendizagem do aluno. Um ambiente escolar que impõe respeito, no qual as regras são claras e consistentes e respeita o papel de cada um na sua organização, torna-se um ambiente facilitador para aprendizagens. Uma escola interessada em bom nível de aprendizagem respeita o aluno e necessita ser aberta à comunidade, principalmente aos pais dos alunos. As reuniões com os pais necessitam ser interativas e informativas.

Já as constantes trocas de professores, conflitos interpessoais entre a administração, corpo docente e técnico têm uma ação negativa sobre a aprendizagem do aluno, além de reuniões ameaçadoras, punitivas e seletivas com os pais, afastam-no da escola.

Também, a interação entre professor e aluno constitui elemento primordial para a aprendizagem. Pode-se dizer que a aprendizagem é um ato interativo entre professor e aluno. Uma relação afetuosa entre eles facilita o rendimento escolar. Os vínculos afetivos positivos permeiam tanto as relações interpessoais como a aquisição de novos conhecimentos.

O professor não pode ter uma atitude de rejeição ou mesmo de preconceito. O distanciamento, a agressão física e baixa autoestima afasta o aluno do processo de aprendizagem, quando não reage com agressividade e problemas no comportamento (SALTINI, 2009).

A relação professor-aluno é essencial, principalmente voltada ao afeto. A afetividade deve ser um dos fatores a ser desenvolvido nessa relação, pois é através das interações sociais que se constrói a aprendizagem. O professor pode ter uma postura de facilitador, estimulando o processo de aprendizagem ou bloquear o desenvolvimento desse sujeito em construção.

É exatamente o lado emocional do professor que pode produzir efeitos positivos ou negativos, que conseqüentemente, irão contribuir ou não para o relacionamento interpessoal professor/aluno; e assim motivando a aprendizagem. O professor necessita ser visionário, otimista, apaixonado pelo que faz, organizado, possuir conhecimentos não pelos livros, mas por meio de circunstâncias do dia a dia; extremamente dinâmico, gostar de planejar, fazer a diferença na sociedade, pois somente assim terá inteligência emocional³ para perceber como o

³ A capacidade de gerenciar suas próprias emoções e compreender as emoções do outro (GODINHO, 2010, p. 1).

outro se sente, e ter a garantia de um relacionamento mais estável, mais rico, o qual produzirá um trabalho de melhor qualidade, fazendo com que o aluno aprenda de um modo mais fácil e prazeroso (MARTURANO; FERREIRA, 2004).

O educador nunca pode ser arrogante, o dono do saber, não deve ser um ditador, mas um educador que realmente gosta de seus alunos, dá abraços, distribui sorrisos, contudo, no momento certo. O professor deve colocar regras e limites em sala de aula, pois crianças e adolescentes gostam. Mas, essas ações devem ser realizadas de forma afetiva, dócil, sem querer criar desavenças, tudo muito bem equilibrado, entre o lado da razão e da emoção. E tudo isso, o professor só consegue se tiver inteligência emocional. E tudo isso, influencia na aprendizagem do aluno.

O professor tem um papel relevante nesse processo. Cabe a ele a tarefa de despertar nos alunos o interesse pela disciplina e a motivação pelo aprender.

Kullok (2002, p. 11) comenta que “toda aprendizagem precisa ser embasada em um bom relacionamento entre os elementos que participam do processo, ou seja, aluno e professor”.

É essencial destacar que, ainda diante de um ambiente “carregado” por atividades e horários, é inquestionável que exista uma relação estabelecida pelos sujeitos, professor e aluno; com a potência de ampliar ou devastar futuros conhecimentos.

A criança como ser que possui emoções precisa essencialmente sustentar vínculos de amor, afeição e aconchego onde quer que esteja. E no ambiente escolar o convívio prazeroso entre professor-aluno resulta no desenvolvimento do processo de aprendizagem tornando-o vivaz, gostoso e divertido. “O afeto buscando o prazer se transforma em interesse e este por sua vez provoca a interação com o meio” (SALTINI, 2009, p. 84).

A simples presença do professor em sala de aula denota estímulo à aprendizagem, porque sensações, envolvimento e afeto são componentes do desenvolvimento humano tanto quanto aptidões motoras e cognitivas. Luck e Carneiro (2001, p. 20) concluiu que: “É preciso ter-se sempre em mente o entendimento de que o homem é um ser uno indiviso e que seus comportamentos conscientes traduzem, ao mesmo tempo, os três aspectos: cognição, afetividade e psicomotricidade”.

Outro fator para facilitar a aprendizagem do aluno é a constância do professor, ou seja, a permanência dos mesmos professores, durante o ano letivo, o aluno pode detectar, de forma clara, atitudes, regras e expectativas dos professores com relação a ele. Já, mudanças de professores em um mesmo ano dificultam o vínculo positivo do aluno com a escola e com a aprendizagem (PALÁCIOS, 2004).

O professor necessita sentir-se competente para ensinar. Assim, a falta de conhecimentos teóricos consistentes é um dos fatores que levam os professores a encontrar dificuldades para criar estratégias de ensino adequadas aos objetivos traçados, fazendo com que muitos procurem respostas prontas para suas dúvidas.

Os métodos necessitam de constantes adaptações para atender às necessidades individuais do aluno. Assim, métodos pouco interativos, estáticos, que não oferecem oportunidade de o aluno participar do seu processo de aprendizagem, o ensino é visto apenas como transmissão de conteúdo ou de informações e a aprendizagem se configuram como cópia do que foi ensinado.

A tarefa para casa é um recurso importante para o ensino-aprendizagem, desde que seja planejada. Os deveres para casa precisam ter objetivos definidos, tanto para o professor como para o aluno. Pode servir para desenvolver habilidades de pesquisa, introduzir novos conteúdos, avaliar a aprendizagem da turma, recuperar alunos em defasagem e sintetizar conhecimentos veiculados em sala de aula. Para aos alunos em fase de alfabetização, serve para desenvolver sua autonomia e afirmar suas responsabilidades com a aprendizagem (PALÁCIOS, 2004).

Quanto às condições físicas da escola, se a mesma estiver em um edifício inadequado com salas pequenas que não comportam a grande quantidade de alunos, problemas de ventilação, de luminosidade, goteiras, carteiras insuficientes, falta de pátio adequado para o recreio e outras atividades, falta de material de apoio como biblioteca, lousas, giz, papel e outros equipamentos são condições que colaboram para as dificuldades de aprendizagem. A escola necessita de equipamentos de apoio, de higiene, de beleza, para o bem-estar de professores e alunos.

O aluno precisa sentir desejo de aprender e o professor o desejo de ensiná-lo para que ocorra a aprendizagem. Por meio dessa relação, o aluno adquire atitudes, valores e padrões de comportamento que vão subsidiar sua aprendizagem formal.

Em meio a toda a organização pedagógica da escola é interessante que o ambiente seja interativo, desafiador, revelador quanto às produções das crianças, flexível, favorecedor do desenvolvimento da autonomia e da construção da identidade das mesmas (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2013).

A motivação é um fator que faz a criança querer aprender, levando a ter sucesso na aquisição do conhecimento. As motivações que levam as crianças aprender são de níveis de desenvolvimento humano, biológico, psicológico e social, como aponta Drouet (2010, p. 9),

[...] existem pelo menos sete fatores fundamentais para que a aprendizagem se efetive, seja qual for a teoria de aprendizagem considerada. Os sete fatores são, a saúde física e mental, motivação, prévio domínio, maturação, inteligência, concentração ou atenção, memória.

À medida que a criança vai adquirindo mais competência, deve-se diminuir a ajuda e aumentar as exigências, para avançar, desde uma prática muito orientada, até a uma ajuda mais indireta para ela conseguir uma prática autônoma. “A concepção de criança é uma noção historicamente construída e conseqüentemente vem mudando ao longo dos tempos, não se apresentando de forma homogênea nem mesmo no interior de uma sociedade e época” (BRASIL, 1998, p. 21). Cada criança tem o seu mundo interior e exterior, assim tem o seu tempo também, nenhuma criança é igual a outra em se tratando de aprendizagem.

Cada criança tem o seu tempo e o seu ritmo, dependendo da motivação que tem, dependendo da vivência que possui, dependendo de uma série de fatores. Segundo Demo (2000, p. 35),

[...] no processo de construção do conhecimento, as crianças se utilizam das mais diferentes linguagens e exercem a capacidade que possuem de terem ideias e hipóteses originais sobre aquilo que buscam desvendar. Nessa perspectiva as crianças constroem o conhecimento a partir das interações que estabelecem com as outras pessoas e com o meio em que vivem. O conhecimento não se constitui em cópia da realidade, mas sim, fruto de um intenso trabalho de criação, significação e resignação.

Perceber e conhecer o modo pessoal de cada criança ser e atuar no mundo é um imenso enfrentamento da instituição escolar e de seus profissionais, como professores e equipe pedagógica.

A motivação do aluno é o elemento principal que define a qualidade da aprendizagem escolar. A falta dela interfere diretamente no ensino, portanto, motivar os alunos é uma das tarefas constantes de quem ensina. Um aluno desmotivado não estuda e não aprende.

Segundo Bzuneck (2003, p. 9) “sem motivação não há aprendizagem”. A (des)motivação está no aluno, mas não é um problema exclusivamente do aluno.

A desmotivação influencia os alunos de forma complexa. Por exemplo, em uma única situação vários fatores podem estar motivando os alunos a se empenhar em um comportamento e igualmente um grande número de fatores motivando-os a evitar esse comportamento. Um completo entendimento dos princípios da motivação capacitarão você para conseguir mobilizar os alunos a querer participar e fazer sua parte no processo de ensino (JESUS, 2011, p. 2).

Um aluno motivado dedica mais atenção e mais tempo ao assunto abordado e o professor tem que acreditar que o processo motivacional é válido, que sua participação é fundamental e que vai alcançar resultado positivo. Mas, para isso o professor deve perceber as reais necessidades dos alunos, pois assim será mais fácil trabalhar com eles, através da motivação.

Segundo Bzuneck (2003, p. 9), “a motivação do aluno em sala de aula resulta de um conjunto de medidas educacionais, que são certas estratégias de ensino ou eventos sobre os quais todo professor tem amplo poder de decisão”.

A afetividade entre professor e aluno também é importante no processo motivacional.

É interessante destacar que as pessoas criam laços de afetividade e constroem interações por intermédio de estímulos que recebem do ambiente a que estão inseridas, ou seja, são “frutos do meio” em que vivem. É importante ressaltar que a afetividade é um construtor essencial para a aprendizagem.

Segundo Tassoni (2000, p. 56), “adequar a tarefa às possibilidades do aluno, fornecer meios para que realize a atividade confiando em sua capacidade, demonstrar atenção às suas dificuldades e problemas, são maneiras bastante refinadas de comunicação afetiva”.

Portanto, a relação professor e aluno na educação deve ser realizada com muita afetividade.

As crianças apreciam muito os sinais de confiança que os adultos lhes dão quando mostram que acreditam neles. E ficam tristes e infelizes quando incessantemente reparam olhares suspeitosos sobre eles, quando percebem que são, sem mais nem menos, considerados desonestos, sem palavra, sem caráter. Sentem-se injustiçados num ambiente de suspeição. Precisam perceber que confiam neles e que serão cobrados por merecer tal crédito. Para alguém ter e permanecer tendo confiança em si, nada melhor do que sentir que os outros acreditam em sua palavra. Negar-lhes esse direito resulta em distanciá-los de um convívio social enriquecedor (RIOS, 1995, p. 44)

Além da afetividade entre professor e aluno, outra característica primordial a um efeito educador-estimulador é sua habilidade em produzir um clima de fascínio e sedução em relação às atividades que conduzam o aluno a pensar, que o desafiam; e conseqüentemente aprendem.

A responsabilidade de um professor consciente é ensinar a pensar, refletir; ativar a construção de esquemas inteligentes e produtores de solução, transmitir desafios à imaginação e à criação de soluções.

A construção da inteligência é sempre resultante da coordenação de ações realizadas com o sentido de buscar formas e esquemas de adaptação a problemas originados no meio ambiente.

A aprendizagem é algo absolutamente pessoal, além do que é influenciada por inúmeros fatores, como pode ser averiguado; quando não vão bem em uma criança, podem comprometer a sua aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES

No período dos jesuítas, o aprender era para poucos, ou seja, havia uma sociedade dividida entre analfabetos e doutores.

Quando ocorrer a independência do Brasil, no período denominado Brasil República, ocorreu a pedagogia autoritária, em que a prática do professor era baseada em uma sociedade prepotente e silenciosa. O aprender do aluno era de certa forma caracterizada em somente ouvir o que o professor tinha para repassar, portanto era uma aprendizagem influenciada pelo meio, ou seja, o educando aprendia de acordo com o que ocorria em seu meio.

Vários estudiosos no tema aprendizagem foram pesquisando no decorrer dos anos, sendo cada um com sua convicção: Piaget na concepção Construtivista, Vygotsky e Wallon.

Para Piaget (1983), para que a aprendizagem se consolide, é essencial que novos conhecimentos estejam voltados aos já conhecidos, isto é, que sejam significativos para a criança. Assim, como há alguém que aprende, há alguém que ensina, ou seja, a aprendizagem é o produto da relação aluno-professor-conteúdo em seu modo de um assessorar o outro de forma progressiva. Entretanto, o aluno deverá ter um relação saudável com o educador em sala de aula, havendo afetividade, o que terá um grande resultado na maneira como o aluno obtém novos conhecimentos

Já para Wallon (1995) enfatiza que o aprender necessita da capacidade biológica da criança, mas também do ambiente em que ela vive ou convive. Ela nasce com equipamento orgânico, mas é o meio que vai fazer com que as competências prosperem.

E para Vygotsky (2005) a aprendizagem é influenciada por aquilo que a criança vivencia em seu grupo social e interiormente, pelo que foi assimilado. A criança aprende por meio de troca de experiência, essencialmente com as pessoas mais velhas, com as quais ela convive, como pais, irmãos, primos. Entretanto, a capacidade de aprender dessa criança depende da maneira como ela convive com essas pessoas. Por exemplo, em casa, a relação com o pai deve ser uma relação de cumplicidade e afetividade.

O aprender é algo tão complexo. Mas o que se pode afirmar é que cada criança tem o seu tempo e o seu ritmo, dependendo da motivação que tem, dependendo da vivência que possui, dependendo de uma série de fatores que a influencia.

Há três amplos conjuntos de fatores que influenciam o nível de aprendizagem da criança, como as condições dela, condições do ambiente familiar e condições do ambiente escolar.

As primeiras condições envolvem o físico, o emocional, o linguístico e o social da criança. No caso, o físico pode ser, por exemplo, que a criança sofra de uma doença grave; no emocional pode ser que a criança esteja com depressão ou mesmo transtornos de déficit de atenção (TDAH); no linguístico a criança pode ser disléxica ou apresentar discalculia e o social, ela ser tímida, introspectiva. Mas também pode ser a junção de uma condição, por exemplo, a criança ter TDAH e ter depressão.

Já nas condições do ambiente familiar pode ser que a criança não seja respeitada e entendida por seus pais, passando a ser agredida com verbetes “duros” que, conseqüentemente, a afetarão, ocasionando depressão, autoestima baixa e uma série de fatores, que farão com que a criança não consiga aprender.. Também aqueles pais que trabalham e não tem tempo de estar com seus filhos, auxiliando-os quando precisarem, esse fator também influencia na aprendizagem.

E quanto às condições do ambiente escolar pode apresentar como um exemplo tímido, o não saber trabalhar com aquela criança que está apática na sala. Talvez essa apatia não seja preguiça, como muitas vezes o educador pensa, mas sim falta de motivação, que logicamente a levará a não aprender.

Como se pode ver há uma junção de fatores, de condições, que influenciam na aprendizagem da criança.

E, atualmente, a aprendizagem é consolidada como ato que é influenciado pelo meio, mas não determinado. É que segundo estudos de Frota-Pessoa (1987), qualquer comportamento resulta de interações complexas entre predisposições genéticas e influências ambientais.

Ao refletir sobre o tema, pode-se constatar a importância de desenvolver a investigação e o raciocínio na vida e na prática humana, proporcionando a produção de novos conhecimentos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ana Rita Silva. **A emoção na sala de aula**. São Paulo: Papirus, 1999.
- ANTUNES, Celso. **Professores e Professauros**: Reflexões sobre a aula e práticas pedagógicas diversas. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 2005.
- ARAÚJO, Fátima Regina de. **Distúrbios de aprendizagem na linguagem escrita e oral**. 2001. Disponível em: <<http://www.avm.edu.br/monopdf/6/FATIMA%20REGINA%20DE%20ARAÚJO.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2017.
- ARÓN, A.M.; MILICIC, N. **Viver com os outros**. Campinas: Psy II, 2004.
- AZEVEDO, M. A., GUERRA, V. N. A. **Pondo os pingos nos is**: Guia prático para combater o fenômeno. São Paulo: LACRI/PSA/IPSUP, 2006.
- BASSEDAS, Eulália. **Aprender e Ensinar na educação infantil**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1996.
- BLEGER, J. **A entrevista psicológica**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- BRANDÃO, Edemilson J.R.; TEIXEIRA, Adriano. **Software Educacional - o complexo domínio dos multimeios?** Passo Fundo: Scipione, 2004.
- BRASIL. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**/ Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. V.1.
- BRASIL. **Lei n. 12.796/2013**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112796.htm> Acesso em: 24 out. 2017.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.
- BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm> Acesso em: 14 out. 2017.
- BRASIL, LDB. **Lei nº 9394/96** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1996. Disponível em < www.planalto.gov.br >. Acesso em: 05 out. 2017.
- BRASIL. **Lei 11.114 de 16 de maio de 2005**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11114.htm> Acesso em: 24 out. 2017.
- BRASIL. **Lei 11.274 de 6 de fevereiro de 2006**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm> Acesso em: 24 out. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais, apresentação dos temas transversais e ética**. V. O8, Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.

BZUNECK, J.A. **Motivação do aluno**. Petrópolis: Vozes, 2003.

CAMPÃO, D. dos S. e CECCONELLO, A. M. **A contribuição da Educação Física no desenvolvimento psicomotor na educação infantil**. 2008. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd123/a-contribuicao-da-educacao-fisica-no-desenvolvimento-psicomotor-na-educacao-infantil.htm>>. Acesso em: 08 dez. 2017.

CASTRO, M. L. O. de. **A Educação na Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: André Quincé, 2008.

CERVO, A. L. BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. São Paulo: PrenticeHall, 2009.

COELHO, Maria Tereza. **Problemas de Aprendizagem**. 12. ed. São Paulo. Ática, 2003.

COLL, César. **O construtivismo na sala de aula**. São Paulo: Ática, 1994.

CORREIA, L. M. **Escala de Comportamento Escolar**. Porto: Porto Editora, 1999.

CRUZ, Silvia Helena Vieira. **Infância e Educação Infantil**: resgatando um pouco dessa história. Fortaleza, CE: SEDUC, 2000.

CUNHA, Maria Isabel de. **O bom professor e sua prática**. 6. ed. Campinas: Papirus, 1996.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. 1948. Disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2017.

DEGANI, Iara Cristina Camparis. **Dislexia**: dificuldade específica de aprendizagem. Batatais : Centro Universitário Claretiano, 2005.

DEMO, P. **Educação e conhecimento**: relação necessária, insuficiente e controversa. Petrópolis: Vozes, 2000.

DROUET, Ruth Caribé da Rocha. **Fundamentos da educação pré-escolar**. São Paulo: Ática, 2000.

EDWARDS, Derek. **Ensino, aprendizagem e discurso em sala de aula- aproximações ao estudo do discurso educacional**. Porto Alegre: Artmed, 1995.

FAGALI, Eloísa Quadros. “Por que” e “como” psicopedagogia institucional? **Revista Psicopedagogia**. n.17, v.46, São Paulo: Salesiana Dom Bosco, 1998.

FIGUEIREDO, M.L.O. **Problema de aprendizagem**: uma procura de melhor compreensão. UFRJ: Rio de Janeiro, 2001.

FONTANA, David. **Psicologia para professores**. 12.ed. São Paulo: Manole, 2001.

FREIRE, Paulo. **Professora SIM tia NÃO – Cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo: Olho d' Água, 1994.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. tradução de Moacir Gadotti e Lillian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

FROTA PESSOA, Oswaldo. Genética e ambiente: o comportamento. In: Conselho Regional de Psicologia. **Psicologia no ensino de 2º grau**: uma proposta emancipadora. 2 ed. São Paulo: Edicon, 1987.

FONTOURA, Raquel. **Brasil possui quase 2,5 milhões de crianças e adolescentes fora da escola, diz estudo**. 2017. Disponível em: < <https://g1.globo.com/educacao/noticia/brasil-possui-quase-25-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-fora-da-escola-diz-estudo.ghtml>>. Acesso em: 14 dez. 2017.

GADOTTI, M. **História das Ideias Pedagógicas**. São Paulo: Ática, 1998.

GONÇALVES, Silvia Maria Melo. **Dificuldades de aprendizagem**. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2005.

GANDARA, M. **Atividades ritmadas para crianças**. Campinas: M. Gandara, 2002.

GOULART, Iris Barbosa. **Piaget**: Experiências Básicas para Utilização pelo Professor. Petrópolis: Vozes, 2001.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**: Rio de Janeiro, n. 14, 2000.

JESUS, A. G. de. **A motivação do aluno para aprender Matemática no 9º ano do Ensino Fundamental e o potencial dos materiais manipulativos**. 2011. Disponível em: <http://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/1287/1/EVENTO_Motiva%C3%A7%C3%A3oAlunoAprender.pdf> Acesso em: 30 nov. 2017.

KULLOK, Maisa Gomes Brandão. **Relação professor aluno**: contribuições à prática pedagógica. Maceió: Edufal, 2002.

LA TAILLE, Yves de. **Piaget, Vygotsky, Wallon**: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992.

LINCZUK, E. L. **Pedagogia e educação física**. 2002. Disponível em: <<http://www.boaula.com.br/iolanda/producao/me/pubonline/edson15art.html>>. Acesso em: 08 dez. 2017.

LOURENÇO, Orlando M. **Educar hoje crianças para o amanhã**. Porto: Porto, 2006.

LUCK, Heloisa; CARNEIRO, Dorathy Gomes. **Desenvolvimento afetivo na escola**. São Paulo: Summus Editorial, 2001.

MARTURANO, E. M. **A criança, a família e a aprendizagem escolar**. Campinas: Alínea, 2005.

MARTURANO, Edna M.; LINHARES, Maria Beatriz M.; PARREIRA, Vera L.C. **Problemas emocionais e comportamentais associados a dificuldades na aprendizagem escolar**. Medicina Ribeirão Preto, v.6, n.2, 2004.

MARUJO, Helena Agueda. **A família e o sucesso escolar**. São Paulo: Presença, 2003.

MATTOS, Paulo. **No mundo da lua: perguntas e respostas sobre transtorno do déficit de atenção com hiperatividade em crianças, adolescentes e adultos**. São Paulo: Lemos Editorial, 2001.

MINAYO, M.C.S. **O Conceito de Metodologia de Pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Dúvidas mais frequentes sobre Educação Infantil**. 2013. Disponível em: <<http://nepiec.com.br/Duvidas%20mais%20frequentes%20relacao%20Educao%20Infantil.pdf>>. Acesso em: 06 dez. 2017.

NOGUEIRA-NETO, Paulo. **O comportamento animal e as raízes do comportamento humano**. São Paulo: Nobel, 1984.

OLIVEIRA, E.A. de. Modelos de risco na Psicologia do desenvolvimento. **Psicologia: teoria e pesquisa**. V.14, n. 1, 1998.

PALÁCIOS, Jesus. **Desenvolvimento psicológico e educação: Psicologia evolutiva**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004, v. 1.

PEREIRA, P. C. WILLIAMS, L. C. de A. **A concepção de educadores sobre violência doméstica e desempenho escolar**. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pee/v12n1/v12n1a10.pdf>> Acesso em: 09 dez. 2017.

PIAGET, J. **A equilibração das estruturas cognitivas**. Rio de Janeiro: Editora Zahar; 1983.

PILETTI, Nelson. **Estrutura e funcionamento do ensino de 1º grau**. São Paulo: Ática, 1991.

PINHEIRO, Marta. **Comportamento humano - interação entre genes e ambiente**. 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-4060199400100007>. Acesso em: 30 nov. 2017.

PRIORI, M. D. **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1995.

RIBEIRO, Marlene. Panorama da educação básica brasileira: perspectivas para o século XXI. **Revista Pedagógica**, Chapecó, n.5, p. 27-56, dez. 2000.

RIOS, T. A. **Ética e competência**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

ROCHA, Halline Fialho da. **As práticas educativas na educação de jovens e adultos**. Petrópolis: Atlas, 2002.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. 25.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

- SALTINI, lúaudio J.P. **Afetividade e inteligência**. Rio de Janeiro: DPA, 2009.
- SCOZ, B. **Psicopedagogia e realidade escola: o problema escolar e de aprendizagem**. Petrópolis: Vozes, 2006.
- SILVA, T.M.T. da. **Mamãe a professora quer falar com você. Eu não fiz nada**. Campinas: Alínea, 2003.
- SKINNER, Burrhus F. **Ciência e comportamento**. 2. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1970.
- SOARES, R.V. **Paradigma São Paulo: a exportação do "modelo" paulista republicano de ensino, no início do século XX**. São Paulo: Lei Rubem Braga, 1998.
- TANI, G.; MANOEL, E. de J.; KOKUBUN, E.; PROENÇA, J. E. **A Educação Física escolar-fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista**. São Paulo: Pedagógica e Universitária Ltda, 2006.
- TASSONI, E.C.M. **Afetividade e aprendizagem: a relação professor aluno**. 2000. Disponível em: <www.anped.org.br/reunioes/23/textos/2019t.PDF> Acesso em: 27 nov. 2017.
- TIBA, I. **Disciplina, o limite na medida certa**. 8. ed. São Paulo: Gente, 1996.
- TORRES, Carlos Alberto. **A práxis educativa de Paulo Freire**. São Paulo: Loyola, 2009.
- TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.
- VEIGA, D. L. da. et. al. **A influência da violência doméstica no processo de aprendizagem do aluno: estudo de caso – projeto aquarela**. 2013. Disponível em: http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2009/anais/arquivos/RE_1223_1331_01.pdf> Acesso em: 05 dez. 2017.
- CAMPOS JUNIOR, Dioclecio. **Falta de carinho da mãe afeta o cérebro da criança**. 2014. Disponível em: <<http://www.vocesabia.net/ciencia/falta-de-carinho-da-mae-afeta-o-cerebro-da-crianca/>> Acesso em: 06 dez. 2017.
- VALETT, Robert E. **Dislexia: uma abordagem neuropsicológica para a educação de crianças com graves desordens de leitura**. São Paulo: Manole, 2005.
- VYGOTSKY, Lev Semenovitch. **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- VYGOTSKY, Lev Semenovitch. **Pensamento e Linguagem**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- VYGOTSKY, Lev Semenovitch et.al. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone, 2001.
- WALLACE, Robert A. **Sociobiologia**. O fator genético. São Paulo: IBRASA, 1985.

WALLON, H. **A evolução psicológica da criança**. 2. ed. Lisboa: Edições 70, 1995.

WEISS, M.L.L **Psicopedagogia clínica**: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

WEISZ, Telma. **O diálogo entre o ensino e aprendizagem**. São Paulo: Ática, 2000.

ZAGURY, T. **Limites sem trauma**. Rio de Janeiro: Record, 2003.